

## Senado instala CPI da Petrobras e Congresso vota LDO na terça



GERALDO MAGELA

O presidente José Sarney determinou a instalação da comissão de inquérito. Oposição condiciona exame da Lei de Diretrizes Orçamentárias, às 16h de terça-feira, à implantação da CPI, às 15h do mesmo dia.

páginas 2 e 3

Arthur Virgílio, Romero Jucá e José Agripino vão ao microfone em Plenário: acordo pode viabilizar CPI

### Defensoria e Ministério Público têm novas chefias

O Plenário aprovou as indicações do novo procurador-geral, Roberto Gurgel, e do novo defensor-geral, Plácido Sales. Saiba mais sobre eles e sobre o funcionamento do Ministério Público no Brasil e em outros 16 países.

páginas 6 e 7

### Reguladas atividades de mototáxi e motofrete

página 4

### Compras à vista e no cartão podem ter preços diferentes

página 5

### FGV deve sugerir corte de 2.400 funcionários da Casa

A Fundação Getúlio Vargas deve entregar este mês ao Senado proposta sugerindo o corte de pelo menos 2.400 funcionários terceirizados e comissionados. Aos servidores efetivos poderá ser oferecido plano de demissão voluntária.

página 13

### e mais...

projetos aprovados	4
agora é lei	4
ambiente legal	11
resenha	14
voz do leitor	15
frases	15
pergunte ao senador	15

### cidadania

#### Saiba mais sobre o daltonismo

Embora não seja considerado uma deficiência visual, o daltonismo impede o exercício de profissões como as de piloto de avião e eletricitista. Há daltônicos que demoram a saber de sua condição.

página 16



VALTER CAMPANATO/ABR

Divisa entre Tabatinga, no Brasil, e Letícia, na Colômbia: faixa de fronteira facilita combate ao narcotráfico

### Em exame, propostas que reduzem faixa de fronteira

páginas 8 e 9

## agenda

# Congresso deve votar LDO nesta semana e iniciar recesso

Com a instalação da CPI da Petrobras, condição imposta pela oposição, Plenário do Congresso deve começar o debate sobre as últimas divergências em torno da Lei de Diretrizes Orçamentárias

Às 16h desta terça-feira, uma hora após a instalação da CPI da Petrobras, anunciada pelo presidente do Senado, José Sarney, haverá sessão do Congresso para votar o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2010. A Constituição condiciona o início do recesso parlamentar (18 a 31 de julho) à votação da LDO.

A oposição, que exigiu a instalação da CPI para votar a LDO, deixou para negociar em Plenário questões que não conseguiu resolver na Comissão Mista de Orçamento (CMO), como excluir os investimentos das estatais da

regra da execução orçamentária provisória, assegurar os recursos da chamada Lei Kandir e tapar a brecha para possível superfaturamento em obras e serviços públicos (veja ao lado). O motivo dessa opção, segundo parlamentares da CMO, é que, no Plenário, os opositoristas terão mais recursos regimentais, como a possibilidade de que apenas um líder partidário possa pedir verificação de quórum e derrubar a sessão.

O parecer do deputado Wellington Roberto (PR-PB) aprovado na CMO revela a preocupação do governo em estimular os inves-

timentos federais em 2010 para continuar enfrentando a crise internacional, mesmo que para isso tenha que afrouxar suas economias. O superávit primário (receitas menos despesas, excluído o pagamento de juros da dívida), de 3,3% do PIB, poderá ser reduzido em R\$ 22,5 bilhões referentes a obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Esses recursos não poderão ser contingenciados.

O abatimento do cálculo do superávit só era autorizado para o Projeto Piloto de Investimentos (PPI), agora incorporado ao PAC para efeito do Orçamento.

Os investimentos da Petrobras também foram excluídos da meta de economia das estatais, fixada em 0,20% do PIB. O relator flexibilizou o superávit primário dos estados e municípios. A meta poderá decrescer de 0,95% do PIB para 0,90% desde que essa diferença seja aplicada em investimento. O Orçamento do próximo ano deve reservar R\$ 1,3 bilhão, referente à parcela de 2007 não repassada aos estados exportadores que concedem isenções fiscais (Lei Kandir), além dos recursos novos que devem equivaler ao valor a ser liberado em 2009.

## TCU luta contra brecha para superfaturamento

Com apoio do DEM, PSDB e PPS, o Tribunal de Contas da União (TCU) deve tentar resolver no Plenário do Congresso Nacional uma das questões mais polêmicas do parecer do deputado Wellington Roberto ao projeto da LDO. A mudança de última hora flexibiliza o critério para fixar o preço de contratação de obras e serviços com recursos da União.

O texto inicial definia que o custo de insumos e serviços deve ser igual ou menor à média dos preços do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (Sinapi), levantada pela Caixa Econômica Federal, e do Sistema de Custos de Obras Rodoviárias (Sicro), do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit).

A nova redação subtraiu do texto o inciso que restringia os preços de obras licitadas a 90% da média das tabelas do Sinapi e do Sicro, além de estabelecer, na avaliação do TCU, um critério subjetivo ao definir que os preços terão que acompanhar a média do Sinapi e basear-se nos valores do Sicro, sem a obrigatoriedade de um teto para os custos.

– É uma brecha perigosa. A pretensão pode até ser honesta. Mas enseja desvios – alertou o deputado federal Humberto Souto (PPS-MG), que foi membro do TCU por nove anos. Ele reivindicará a mudança em Plenário.



OSÉ CRUZ

Almeida Lima (E) com o relator da LDO, deputado Wellington Roberto (C), e líderes na CMO: últimos acordos não contemplam investimento das estatais e Lei Kandir

## comissões

### Terça-feira

9h – AGRICULTURA

**Transgênicos** – A comissão analisa duas solicitações de debates: um sobre o plantio da primeira safra de milho transgênico autorizado pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio); e outro, com o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, sobre os programas Mais Alimentos, Terra Legal Amazônia e Territórios da Cidadania.

9h30 – ASSUNTOS ECONÔMICOS

**Seguro** – A norma que proíbe a contratação de seguro de vida para menores de 14 anos poderá ser abolida da legislação que regulamenta operações de seguros privados e sua fiscalização através do projeto que trata do contrato de seguro sobre a vida de menores de 14 anos de idade. Ainda na pauta, dois projetos que tratam da diminuição da carga tributária e isenção do Imposto de Renda (IR).

9h30 – METAS DO MILÊNIO

**Eleição** – Instalação de comissão temporária criada para acompanhar

todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes ao cumprimento das Metas de Desenvolvimento do Milênio fixadas pela Organização das Nações Unidas. Na reunião serão eleitos o presidente e o vice-presidente do colegiado.

10h – CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

**Drogas** – A comissão debate a política nacional sobre drogas. Foram convidados, entre outros, a secretária-adjunta da Secretaria Nacional de Política sobre Drogas, Paulina do Carmo Arruda Vieira Duarte; o professor da Universidade Federal da Bahia, Antonio Nery Filho; a coordenadora do Projeto Lua Nova (Sorocaba-SP), Raquel Barros; o secretário-executivo do Pronasci, Ronaldo Teixeira; a professora da UFRJ, Luciana Boiteux; e o ex-secretário Nacional Antidrogas, Wálter Maierovitch.

11h30 – MEIO AMBIENTE

**Poluição** – Na pauta, dois projetos que alteram o Código de Defesa do Consumidor: um deles inclui, entre os direitos básicos do consumidor, as informações sobre composição de alimentos e roupas; o outro obriga o fornecedor a

informar aos consumidores a eficiência e consumo energéticos de produtos e serviços.

### Quarta-feira

8h30 – CIÊNCIA E TECNOLOGIA

**Propaganda eleitoral** – Na pauta, projeto que altera a Lei Eleitoral, para explicitar a aplicação das normas de propaganda político-eleitoral às rádios comunitárias. A comissão examina também 51 projetos de decreto legislativo que autorizam a exploração de serviços de radiodifusão comunitária em diversas cidades do país.

9h30 – RELAÇÕES EXTERIORES

**Indicação** – A comissão analisa a indicação de Brian Michael Fraser Neele, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto a Antígua e Barbuda. Depois, os senadores examinam projeto que obriga a União a trasladar o corpo de brasileiro de baixa renda falecido no exterior.

10h – CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

**Terras indígenas** – A comissão estuda proposta de emenda à Consti-

tução (PEC) que atribui competência privativa ao Senado para aprovar processos sobre demarcação de terras indígenas. Outra PEC veda, por dez anos, quaisquer limitações ao uso das verbas destinadas ao reaparelhamento, modernização e à pesquisa e desenvolvimento tecnológico das Forças Armadas.

11h – ASSUNTOS SOCIAIS

**Prestação de contas** – O diretor-presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Dirceu Raposo de Mello, apresenta aos senadores o relatório anual dos programas, ações e resultados dessas atividades desenvolvidas pela agência.

## plenário

### Segunda-feira

em lei complementar. Este é o primeiro item da pauta, num total de 41.

14h – Sessão não deliberativa

### Terça-feira

11h – Sessão deliberativa

**Ordem social** – Votação, em segundo turno, da proposta de emenda à Constituição (PEC 7/08) que modifica o art. 193 para determinar que os objetivos de bem-estar e justiça sociais que orientam a ordem social serão avaliados por indicadores de responsabilidade a serem definidos

16h – Sessão conjunta do Congresso Nacional

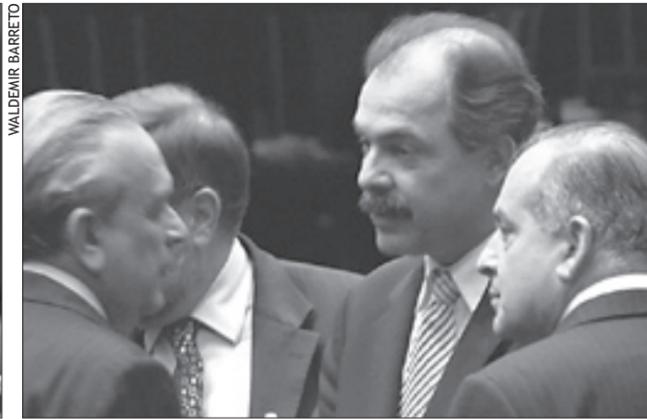
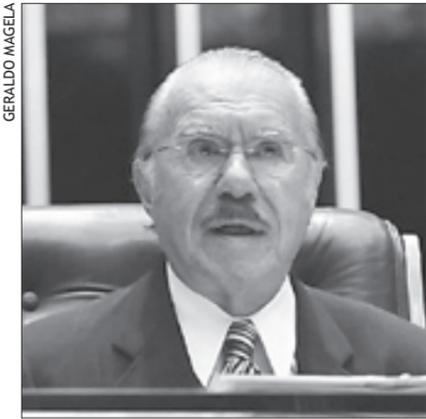
**LDO** – Votação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Quarta-feira e quinta-feira

14h – Sessão deliberativa

Sexta-feira

9h – Sessão não deliberativa



Decisão do presidente Sarney (E) teve o apoio da base do governo. Ao centro, Aloizio Mercadante conversa com Sérgio Guerra e ACM Júnior em Plenário. À direita, Ideli Salvatti, Romero Jucá e Renan Calheiros

## Senadores pedem investigação do Ministério Público

Um grupo de senadores decidiu ingressar no Ministério Público Federal com representação para investigar as denúncias de irregularidades no Senado. Segundo o líder do PSOL, José Nery (PA), a representação será assinada por vários partidos e listará todas as denúncias relativas a contratos superfaturados, empréstimos consignados e atos secretos, entre outros.

Para Alvaro Dias (PSDB-PR), a decisão visa retomar a credibilidade da Casa. Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou que ganha força o movimento a favor da saída de Sarney da Presidência.

Pedro Simon (PMDB-RS) disse que a interferência do presidente Lula é "trágica". Para Arthur Virgílio (PSDB-AM), Sarney se mantém na Presidência do Senado devido ao apoio de Lula.

A decisão de ingressar no MP foi tomada em reunião da qual participaram também os senadores Tasso Jereissati (PSDB-CE), Marisa Serrano (PSDB-MS), Patrícia Saboya (PDT-CE) e Renato Casagrande (PSB-ES).

## PT defende enxugamento do Senado

O PT divulgou nota em que pede o enxugamento do Senado, com cortes e medidas administrativas, sugerindo licença ao presidente do Senado, José Sarney. Segundo o líder do partido, Aloizio Mercadante (SP), esse seria um "gesto de grandeza [de Sarney] e de garantia à credibilidade das investigações". Mas destacou que essa seria uma decisão pessoal de Sarney.

Os senadores do PT reafirmaram a proposta de criar uma comissão suprapartidária para "debater com a sociedade civil e especialistas" a reforma da Casa, inclusive por meio de uma lei de responsabilidade administrativa e financeira.

# Garantida a instalação da CPI da Petrobras

Presidente José Sarney determinou início dos trabalhos com qualquer número de presentes à primeira reunião. Oposição comemorou

Está marcada para esta terça-feira, às 15h, a instalação da comissão parlamentar de inquérito (CPI) destinada a investigar denúncias de irregularidades na Petrobras. O presidente do Senado, José Sarney, determinou que a reunião seja realizada "com qualquer número de membros presentes", já que várias tentativas foram frustradas por falta de quórum nos últimos dois meses.

A data foi acertada na semana passada com líderes da base governista após pressão de partidos de oposição, que ameaçaram recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para garantir o início dos trabalhos, além de obstruir a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias

(LDO), pré-requisito para o recesso parlamentar (entre 18 e 31 de julho).

Dessa forma, foi possível marcar sessão do Congresso para votar a LDO também nesta terça-feira às 16h (*leia mais na página ao lado*). O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), já antecipou a intenção de governistas ocuparem a presidência e a relatoria da comissão, sem citar nomes.

— É inevitável que se forme um rolo compressor governista para impedir, então vamos recorrer ao Ministério Público ou ao Tribunal de Contas — destacou o senador Alvaro Dias (PSDB-PR), autor do pedido de criação da CPI.

Já o líder do PSDB, senador

Arthur Virgílio (AM), afirmou não temer que a base do governo inviabilize as investigações, uma vez que terá a presidência e a relatoria.

— Quando surge um fato grave, põe por terra qualquer tentativa de abafa. Foi assim na CPI dos Correios, onde o governo também tinha presidência e relatoria e resultou no processo do mensalão, atualmente em julgamento do Supremo — lembrou.

O líder do DEM, José Agripino (RN), disse que vai "confiar na palavra do presidente Sarney".

— Não é possível que a base do governo vá solapar a palavra dele e não vá dar número para que aconteça a reunião e a CPI se instale — observou.



Agripino (no alto) disse confiar na palavra de Sarney. Para Arthur Virgílio, fato de governo ter maioria não inviabiliza CPI

## Direito da minoria ganha importante precedente, afirma Alvaro Dias

Para o senador Alvaro Dias (PSDB-PR), a decisão de que a CPI seja instalada com qualquer número de presentes à reunião cria um precedente em eventuais impasses futuros sobre o assunto e, por isso, é muito importante para a minoria parlamentar.

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), avaliou que o presidente Sarney só determinou a instalação da CPI da Petrobras para evitar que o Supremo Tribunal Federal (STF) obrigasse o início do funcionamento da comissão. Segundo Virgílio, não

havia justificativa para que a CPI não fosse instalada, já que há assinaturas necessárias e nenhum senador retirou apoio dentro do prazo regimental.

— Que essa CPI comece o mais depressa possível e que vá fundo. Senão, vai parecer que

houve algum acordo relacionado à crise no Senado, que o governo teria cedido em troca de blindar o presidente Sarney — disse Cristovam Buarque (PDT-DF), ao sugerir que o Senado não entre em recesso para que a CPI comece a atuar ainda em julho.

## Sarney diz que não participa da administração de entidade

Em nota à imprensa, o presidente do Senado, José Sarney, afirmou que não participa da administração da fundação que leva seu nome, nem tem responsabilidade sobre ela.

A Fundação José Sarney também divulgou nota em que nega qualquer irregularidade e assegura ter feito "a correta aplicação dos recursos para preservar mais de 500 mil documentos e peças, incluindo uma biblioteca com mais de 30 mil volumes".

De acordo com os senadores do PSDB Alvaro Dias (PR) e Arthur Virgílio (AM), a denúncia de desvio de recursos

da Petrobras Cultural pela Fundação José Sarney leva o presidente do Senado "para o centro da CPI da Petrobras". Para eles, a comissão não pode deixar de analisar a forma como a estatal aplica os recursos de patrocínios.

Virgílio pediu à Procuradoria-Geral da República investigação de responsabilidades do diretor da fundação, Raimundo Nonato Quintiliano Pereira Filho.

O líder do PT, Aloizio Mercadante (SP), afirmou que deve haver uma fiscalização rigorosa tanto do patrocínio ao projeto cultural quanto dos repasses.

## Conselho de Ética já tem membros

Os partidos já indicaram senadores para o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Os indicados ainda devem apresentar os documentos exigidos (declaração de Imposto de Renda etc.) para, depois, serem eleitos em Plenário. Somente após isso é que o colegiado poderá ser instalado.

TITULARES	SUPLENTES
<b>Minoria (DEM e PSDB)</b>	
Demostenes Torres (DEM-GO)	Antonio Carlos Júnior (DEM-BA)
Heráclito Fortes (DEM-PI)	Rosalba Ciarlini (DEM-RN)
Eliseu Resende (DEM-MG)	Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Marisa Serrano (PSDB-MS)	Arthur Virgílio (PSDB-AM)
Sérgio Guerra (PSDB-PE)	Papaléo Paes (PSDB-AP)
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Wellington Salgado (MG)	Valdir Raupp (RO)
Almeida Lima (SE)	Romero Jucá (RR)
Gilvam Borges (AP)	Mão Santa (PI)
Paulo Duque (RJ)	Gerson Camata (ES)
<b>Bloco de Apoio ao Governo</b>	
Antônio Carlos Valadares (PSB-SE)	Delcídio Amaral (PT-MS)
João Pedro (PT-AM)	Ideli Salvatti (PT-SC)
João Ribeiro (PR-TO)	Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PCdoB-CE)	Augusto Botelho (PT-RR)
<b>PTB</b>	
Gim Argello (DF)	João Vicente Claudino (PI)
<b>PDT</b>	
João Durval (BA)	Jefferson Praia (AM)

## decisões

# Motoboy e mototaxista: aprovada regulamentação

Profissões dependem agora da sanção presidencial para serem reconhecidas; funcionamento dos serviços deverá ser autorizado pelo município

O Plenário do Senado aprovou na quarta-feira a regulamentação das atividades de mototaxista, motoboy e motovigia. O funcionamento desses serviços, entretanto, dependerá de autorização do poder público em cada município. A matéria (PLS 203/01) vai à sanção do presidente da República.

Para exercer a profissão, o motoboy, mototaxista ou motovigia terá que ser maior de 21 anos e condutor de motocicleta há dois anos, além de possuir habilitação em curso especializado, a ser regulamentado pelo Conselho Nacional de Trânsito (Contran). Do motovigia serão exigidos atestado de residência e certidões negativas de varas criminais.

Eles deverão trabalhar vestindo o colete dotado de refletores e, no caso do motofrete, será necessária a autorização do órgão de trânsito para circular e a instalação de equipamentos

de segurança, a serem inspecionados semestralmente, além de identificação especial. Será proibido o transporte de combustíveis, produtos inflamáveis ou tóxicos e de galões, com exceção do gás de cozinha e de água mineral, desde que com o auxílio de *sidecar*.

Espera-se que, agora, o Contran e os poderes estaduais e municipais cuidem de regulamentar os aspectos relacionados à segurança de condutores e passageiros de mototáxis.

A aprovação foi bastante comemorada pelos mototaxistas e



Motoboyes, mototaxistas e motovigias lotam a galeria do Plenário e comemoram a aprovação

motoboyes que lotaram a galeria do Plenário do Senado. Ao fim da votação, eles celebraram cantando o Hino Nacional.

## TRANSPORTE AÉREO

A Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) poderá abrir seu capital ao mercado financeiro, informou o seu presidente, Cleonilson Nicácio Silva. Ele participou, juntamente com a diretora da Anac, Solange Paiva Vieira, e outros especialistas, de audiência pública

na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) que discutiu a modernização e expansão da infraestrutura aeroportuária e a regulamentação do transporte aéreo brasileiro. Cleonilson Silva ressaltou que a abertura de capital da Infraero possibilitará tornar a empresa "a Petrobras do setor aeroportuário".

## agora é lei

### Bilhetes rodoviários passam a ter um ano de validade

A Lei 11.975, sancionada no último dia 7, estabelece que os bilhetes de passagens de ônibus intermunicipais, interestaduais e internacionais têm validade de um ano, a partir da data de emissão, independentemente de estarem com data e horários marcados. As passagens poderão ser remarçadas e, se o passageiro desistir de viajar, terá direito ao reembolso do valor pago pelo bilhete em até 30 dias.

O valor do bilhete equivalerá, durante sua validade, ao valor atualizado da passagem para o trecho emitido. Assim, a empresa deverá ressarcir o passageiro que desistir de viajar com um valor igual ao do preço da passagem no dia da restituição. No caso de bilhete internacional, a restituição terá o valor equivalente em moeda estrangeira convertida no câmbio do dia. Se a passagem tiver sido comprada a crédito, o reembolso será efetuado somente após a quitação do débito.

A nova legislação também determina que as empresas providenciem o embarque do passageiro em outra em-

presa que ofereça serviços equivalentes para o mesmo destino, se houver, em caso de atraso por mais de uma hora da partida do ponto inicial. A determinação vale também para atraso de mais de uma hora em qualquer das paradas previstas durante o percurso. Em ambos os casos, o passageiro também poderá optar pela restituição imediata do valor da passagem.

A interrupção da viagem pela empresa transportadora, por defeito no ônibus ou qualquer outro motivo de sua responsabilidade, não pode exceder o período de três horas, hipótese em que a alimentação dos passageiros deve ser paga pela empresa. Se o atraso for maior que o estipulado pela lei, o passageiro terá direito à devolução do valor pago pela passagem. Mas se, em qualquer das paradas previstas, a viagem for interrompida por iniciativa do passageiro, a empresa não será obrigada a reembolsá-lo.

A nova lei estende às passagens rodoviárias a validade e condições da maior parte das passagens aéreas.

## projetos aprovados

### De 6 a 10 de julho

#### Plenário

➔ **Medida Provisória (MP) 461/09** – Destina R\$ 300 milhões a vítimas de enchentes e da gripe suína. Vai à promulgação.

➔ **MP 463/09** – Destina R\$ 1,217 milhão a órgãos do Poder Executivo. Vai à promulgação.

**PLV 12/09** (MP 460/09) – Concede benefícios fiscais a construtoras de imóveis do programa Minha Casa, Minha Vida, reduz impostos para motos, aumenta imposto sobre o cigarro e permite preços diferentes para vendas à vista ou no cartão. Volta à Câmara dos Deputados.

**PLS 205/96**, do ex-senador Sérgio Machado – Estabelece que rótulos de produtos refrigerados devem ser impressos em material resistente. Vai à sanção.

**PLS 245/99**, da ex-senadora Emilia Fernandes – Define mecanismos para veiculação de mensagens educativas de trânsito. Vai à sanção.

**PLS 23/00**, de Osmar Dias (PDT-PR) – Estabelece critérios de transparência para a exploração de concessões públicas. Vai à sanção.

**PLS 203/01**, de Expedito Júnior (PR-RO) – Regulamenta a atividade de mototáxi, motoboy e motofrete. Vai à sanção.

**PLS 170/03**, de Almeida Lima (PMDB-SE) – Obri-

ga prestadoras de serviços públicos e de educação a enviarem ao cliente declaração de quitação anual. Vai à sanção.

**PLS 145/04**, de César Borges (PR-BA) – Prioriza a tramitação de atos judiciais de portadores de doenças graves. Vai à sanção.

**PLC 75/06** – Substitui a expressão "ensino de arte e cultura" por "ensino de arte" na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação. Volta à Câmara.

**PLC 79/07** – Substitui a expressão "alienada ou débil mental" por "apresenta deficiência mental" no Código Penal. Volta à Câmara.

**PLC 112/08** – Cria a Semana de Educação para a Vida em todas as escolas públicas. Vai à sanção.

**PDL 66/09** – Aprova o Regulamento Sanitário Internacional, da Organização Mundial da Saúde, criado em maio de 2005. Vai à promulgação.

**Indicações** – Roberto Monteiro Gurgel Santos para procurador-geral da República; José Rômulo Plácido Sales, para defensor público-geral da União; Alfredo Cesar Martinho Leoni, para embaixador no Paquistão, Tadjiquistão e Afeganistão; e Ricardo Luiz Viana de Carvalho, para Bangladesh.

**Conselho Nacional de Justiça** – Paulo de Tarso T. Souza, Leomar B. A. de Sousa, Walter N. da Silva Júnior, Milton A. de Brito Nobre, José A. C. de Araújo

Sá, Felipe L. Cavalcanti, Jefferson Luis Kravchychyn, Jorge H. C. de Oliveira, Ives Gandra Martins Filho, Nelson T. Braga, Morgana de A. Richa.

**Conselho Nacional do Ministério Público** – Cláudio Barros Silva, Achilles de Jesus Siquara Filho, Sandro José Neis, Tais Schilling Ferraz, Bruno Dantas Nascimento.

#### Comissões

**PLS 216/07**, de Paulo Paim (PT-RS) – Permite que o trabalhador idoso saque recursos acumulados no PIS/Pasep. Aprovado na CAS, vai à Câmara.

**PLS 52/08**, de Marcelo Crivella (PRB-RJ) – Concede isenção de IR e INSS sobre bolsa concedida por escola a filho de professor. Aprovado na CAE, vai à Câmara.

**PLS 390/08**, de Renan Calheiros (PMDB-AL) – Concede isenção do IR sobre aposentadoria para diabéticos. Aprovado na CAE, vai à Câmara.

**PLC 84/09** – Trata de transporte de produtos e trabalho avulso. Aprovado na CAS, vai à Câmara.

#### Aprovados na CE, vão à Câmara

**PLS 257/06**, de Maria do Carmo Alves (DEM-SE) – Cria a Universidade Federal para o Desenvolvimento do Baixo São Francisco, em Própria (SE).

**PLS 332/08**, de Cristovam Buarque (PDT-DF) – Cria o Dia Nacional do Piso Salarial do Professor.

**PLS 398/08**, de Fátima Cleide (PT-RO) – Cria a Escola Agrotécnica Federal do Vale do Anari (RO).

**PLS 417/08**, de Flávio Arns (PT-PR) – Cria a Escola Técnica Federal em Loanda (PR).

**PLS 445/08**, de Valter Pereira (PMDB-MS) – Institui o Dia da Comunidade Libanesa no Brasil.

**PLS 448/08**, de Alvaro Dias (PSDB-PR) – Cria a Escola Técnica Federal do Rio Negro (PR).

**PLS 485/08**, de Aloizio Mercadante (PT-SP) – Cria a Universidade Federal do Litoral Paulista, em Santos (SP).

**PLS 491/08**, de Gilberto Goellner (DEM-MT). Institui o Dia Nacional do Distribuidor de Insumo Agrícola e Veterinário.

**PLS 23/09**, de Serys Shlessarenko (PT-MS) – Cria o Dia Nacional da Mulher Negra.

**PLS 120/09**, de Cícero Lucena (PSDB-PB) – Cria em Itabaiana *campus* do Instituto Federal da Paraíba.

**PLS 447/09**, de Flávio Arns (PT-PR) – Cria a Escola Técnica Federal de Nova Tebas (PR).

**PLC 34/09** – Inclui as cooperativas educacionais na categoria de instituições comunitária de ensino.

## decisões

### Proposta cria centros de pesquisa em educação

As instituições federais de educação superior poderão, isoladamente ou em ação conjunta, criar centros de pesquisa e de desenvolvimento da educação. A autorização está prevista em projeto (PLS 256/08) do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) aprovado em decisão terminativa pela Comissão de Educação (CE).

Os centros terão como objetivo desenvolver pesquisas sobre métodos avaliativos e tecnologias educacionais especialmente destinadas às escolas públicas de educação básica. O relator, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), optou por recomendar texto já aprovado pela Comissão de Ciência e

Tecnologia (CCT), que não obriga, mas autoriza, a criação dos centros de pesquisa.

Cristovam observou que os métodos de ensino e aprendizagem estão evoluindo de maneira rápida em áreas como pedagogia e neurobiologia.

Também em decisão terminativa foi aprovado projeto (PLC 34/09) que inclui as "cooperativas educacionais" entre as instituições comunitárias de ensino. A expressão foi considerada pelo relator, Sérgio Zambiasi (PTB-RS), mais abrangente do que a contemplada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de "cooperativas de pais, professores e alunos".

### Prisões femininas poderão ter somente mulheres como agentes

Os estabelecimentos penais destinados às mulheres serão obrigados a manter o efetivo de segurança interno somente com agentes do sexo feminino. A proposta é do deputado licenciado Alberto Fraga (DEM-DF) e foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

A relatora, senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), julgou a medida positiva e lembrou que vem ao encontro das exigências constitucionais de adequação social dos estabelecimentos penais, fato que, observou, poderá resultar em maior eficiência na administração das penitenciá-

rias femininas.

A CCJ também aprovou parecer do senador Alvaro Dias (PSDB-PR) a projeto (PLS 293/01) que altera legislação sobre a prática de esporte no país. A matéria foi apresentada pela comissão parlamentar de inquérito que investigou irregularidades nos times de futebol (CPI do Futebol). A proposta visa moralizar, por meio de regras claras, a prática do desporto nacional, cujos clubes e seus dirigentes, segundo Alvaro Dias, "já andam muito maculados por corrupção e impunidade".

### Comissão discute reparação a descendentes de escravos

O representante do Instituto de Advocacia Racial e Ambiental, Humberto Ademi, defendeu na Comissão de Direitos Humanos a reparação aos negros descendentes de escravos, tanto por meio de pagamentos, quanto por medidas não pecuniárias, como a criação de um centro de pesquisa de recuperação da história negra, conforme sugeriu Cristovam Buarque (PDT-DF), presidente da comissão.

Esse centro, segundo Ademi, deveria investigar o porquê de as escolas públicas e priva-

das não terem implementado até agora as leis 10.639/03 e 11.645/08, que exigem o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena em sua grade curricular. O instituto apresentou petição à Procuradoria-Geral da República cobrando a aplicação dessas leis. Para o Ipea, a Lei de Terras – de 1850, que acentuou a concentração fundiária – e a Lei Áurea – que não assegurou trabalho aos escravos libertos – seriam as principais responsáveis pela desigualdade brasileira.

#### ADVOGADOS

Depois que representantes de policiais, promotores e juízes reivindicaram a rejeição do projeto que torna crime a violação de direitos ou prerrogativas dos advogados, o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Raimundo Brito Aragão, defendeu na Comissão de Justiça (CCJ) a aprovação do PLC 83/08.

#### EXAME DE ORDEM

Audiência na Comissão de Educação (CE) debateu o exame para inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). A reunião visou instruir projeto que determina o fim do exame, alegando que as instituições de ensino superior já formam o profissional de Direito. Já a OAB alega que o exame é necessário porque falta qualidade a muitos cursos no país.

# Aprovados benefícios para programa de habitação

Projeto, que volta à Câmara, ainda reduz tributos para motos e bens destinados a pessoas com deficiência e aumenta imposto sobre cigarro

O Plenário do Senado aprovou projeto de lei de conversão (PLV 12/09) que abriga um amplo leque de mudanças que vão do programa Minha Casa, Minha Vida até os pagamentos com cartões de crédito. Encaminhado pela Câmara dos Deputados, o projeto altera a MP 460/09, mas sofreu modificações no Senado por meio de emendas da relatora, Lúcia Vânia (PSDB-GO), e volta à Câmara.

O PLV concede benefícios fiscais para as construtoras de imóveis do programa habitacional do governo Minha Casa, Minha Vida, reduzindo também tributos para a fabricação e importação de motocicletas e para a implementação dos serviços de registros de imóveis por meio eletrônico. Em contrapartida, aumenta a tributação do cigarro, com objetivo de combater o tabagismo e compensar a renúncia fiscal dos demais programas.

Um dos acréscimos no Senado foi a autorização ao comércio para cobrar preços diferenciados entre vendas à vista e no cartão de crédito, a partir de emenda do senador Adelmir Santana (DEM-DF), após perceber que o projeto prevendo a norma, aprovado no Senado, parou na Câmara.

Outra mudança é a redução para zero das alíquotas do PIS/



GERALDO MAGELA

Lúcia Vânia, relatora, alterou o projeto para incluir emenda de Adelmir Santana que autoriza a cobrança de preços diferentes para compras à vista e no cartão



JANE ARAUJO

Pasep e da Cofins incidentes sobre operações com bens destinados a pessoas com deficiência, como cadeira de rodas e próteses. Também as pessoas com deficiência auditiva com perda mínima de 41 decibéis nos dois ouvidos poderão comprar carro novo com isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), cujo benefício já existe para pessoas com deficiência física, visual e mental.

O PLV estendeu os benefícios tributários destinados ao programa Minha Casa, Minha Vida às obras contratadas a partir de 31 de março de 2009. Com objetivo de incentivar a fabricação e im-

portação de motocicletas, a MP reduz de 3% para zero a alíquota da Cofins incidente sobre a receita bruta da venda, no mercado interno, de motocicletas de cilindrada inferior ou igual a 150 cm<sup>3</sup>.

A Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública, criada para financiar a Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), passa a ser recolhida pela Anatel, que fica encarregada de planejar, executar, acompanhar e avaliar as atividades relativas à tributação, fiscalização, arrecadação e cobrança dessa contribuição. Por causa desses novos serviços, a Anatel receberá 2,5% do montante arrecadado.

### Desafio maior é reduzir o preço dos terrenos

Baratear o preço dos terrenos destinados à construção de casas populares é um dos principais desafios enfrentados pelo programa Minha Casa, Minha Vida, que projetou a construção, até 2010, de 1 milhão de moradias para famílias com renda de até dez salários mínimos. A conclusão foi tirada em debate realizado

pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

– A terra custa cada vez mais caro e esse é um aspecto que pode inviabilizar o programa – advertiu o vice-presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, José Carlos Martins.

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), que, ao lado de Aloizio Mer-

cadante (PT-SP), propôs o debate, disse que, em vez de retrair investimentos, o Brasil preferiu dar um exemplo ao mundo ao decidir criar o programa. Participaram ainda a secretária nacional de Habitação do Ministério das Cidades, Inês Magalhães, e a superintendente nacional de Habitação da Caixa, Bernadete Pinheiro

### Especialistas cobram retomada de investimentos na extensão rural

O reaparelhamento das entidades de extensão rural, o fortalecimento da oferta do serviço e a retomada dos investimentos federais nas ações de orientação técnica aos agricultores foram tema de debate na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

O presidente da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Asbraer), José da Silva Soares, e o representante da Agência de Desenvolvimento Agrário de Mato Grosso do Sul, José Roldão, defenderam a criação de um programa de aceleração do crescimento (PAC) da extensão

rural como forma de recuperar o setor – que teve seu auge na década de 1970, passando por um desmonte nos anos de 1990. Serys Slhessarenko (PT-MT) apoiou a proposta de criação do PAC Rural.

A agricultura familiar necessita de assistência técnica e extensão rural para poder acompanhar as novas tecnologias de produção, disse Valter Pereira (PMDB-MS), presidente da CRA. São 4,5 milhões de agricultores carentes desses serviços, completou Lino Moura, da Federação Nacional dos Trabalhadores da Assistência Técnica e do Setor Público Agrícola do Brasil (Faser).

#### ISENÇÃO

Bolsas de estudo concedidas por escolas privadas a seus trabalhadores e dependentes podem ficar isentas do Imposto de Renda (IR), conforme projeto (PLS 52/08) aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Pessoas com diabetes melitus ou fibrose cística podem ser isentas do IR sobre aposentadoria, segundo o PLS 390/08, também acatado pela CAE, e que segue para a Câmara.

#### CAXIAS DO SUL

A Comissão de Assuntos Econômicos autorizou Caxias do Sul (RS) a realizar operação de crédito externo de US\$ 28,8 milhões com a Confederação Andina de Fomento. O presidente da CAE, Garibaldi Alves (PMDB-RN), anunciou que articulará reunião de comissões para debater o PLS 174/09, que trata da criação dos serviços Social do Turismo (Sestur) e Nacional de Aprendizagem do Turismo (Senatur).

## Senadores cobram eficiência e transparência do MP

Wellington Salgado (PMDB-MG) pediu a Roberto Gurgel maior transparência, como a publicação das despesas do Ministério Público. Gurgel apoiou a sugestão, mas reconheceu que o MP ainda não tem condições de publicar as despesas.

O presidente da CCJ, Demostenes Torres (DEM-GO), citou denúncias do procurador Celso Três, de que os MPs nos estados estariam repletos de vícios, como no estado do Rio de Janeiro, em que os procuradores chegam a ganhar até R\$ 33 mil mensais, quando o teto do funcionalismo público não ultrapassa R\$ 25 mil.

Valter Pereira (PMDB-MS) disse haver exageros na ação do MP devido à pouca idade e à pouca experiência profissional de alguns de seus

membros. Para Aloizio Mercadante (PT-SP), os holofotes devem ser substituídos pelo rigor e consistência nos autos dos processos.

Gurgel considerou as denúncias e defendeu sua apuração. Para ele, “a tentação do corporativismo” deve ser afastada, e essa tarefa só será vencida com o controle externo das instituições.

Mas não concordou com afirmações de Celso Três, trazidas por Demostenes, de que o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) é ineficiente, apesar de reconhecer limitações na atuação do órgão, devido a deficiências orçamentárias e de estrutura. Gurgel se disse favorável ainda à adoção de indicadores para medir os resultados da ação do MP.

Administrativa poderá prever uma nova conduta de desrespeito à administração pública: o uso de dinheiro público para publicidade para agradecer autoridades pela realização de obras ou serviços. É o que estabelece projeto (PLC 10/06) aprovado pela CCJ, que também acatou a proposta (PLC 97/02) que acelera na Justiça a tramitação de ações de improbidade. Os projetos, relatados por Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Demostenes Torres (DEM-GO), seguem ao Plenário.

### CONTAS ABERTAS

As contas da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal ficarão à disposição de qualquer cidadão, conforme proposta de emenda à Constituição (PEC 44/05) aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que segue ao Plenário. O texto atual determina a disponibilidade das contas dos municípios aos contribuintes por 60 dias. Na proposta, de Pedro Simon (PMDB-RS) e relatada por Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), o termo “contribuinte” dá lugar a “cidadão”.

### LEI DE IMPROBIDADE

A Lei de Improbidade Administrativa poderá prever uma nova conduta de desrespeito à administração pública: o uso de dinheiro público para publicidade para agradecer autoridades pela realização de obras ou serviços. É o que estabelece projeto (PLC 10/06) aprovado pela CCJ, que também acatou a proposta (PLC 97/02) que acelera na Justiça a tramitação de ações de improbidade. Os projetos, relatados por Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Demostenes Torres (DEM-GO), seguem ao Plenário.

## Esquenta disputa em torno da presidência do inquérito policial

A atuação da polícia e do MP em relação às investigações criminais é um dos grandes debates do momento no Senado. As discussões sobre a reforma do Código de Processo Penal e a repressão ao crime organizado, em andamento na casa, esbarram invariavelmente nessa questão. Enquanto isso, o país espera a decisão do Supremo Tribunal Federal: o MP pode ou não presidir inquéritos penais?

### Constituição de 1988: o MP enfim independente

A expressão Ministério Público foi usada pela primeira vez no Brasil em decreto imperial de 1874, mas para conceituar uma função diferente da atual.

Na Constituição de 1934, o MP era um dos “órgãos de cooperação das atividades governamentais”. Na de 1967, era vinculado ao Judiciário, mas, dois anos mais tarde, com a Emenda Constitucional de 1969, pas-

Na maioria dos países (veja quadro), o MP, além da iniciativa da ação penal, conduz as investigações policiais, cujo teor a defesa pode conhecer desde o início do processo. No Brasil existe duplicidade de esforços e comando.

– O desafio é integrar e buscar a complementaridade para que haja maior eficácia nas ações – disse Aloizio Mercadante (PT-SP), relator do PLS 150/06, que trata da repressão ao crime organizado.

sou ao Executivo.

O MP foi conquistando maior autonomia até que, com a Constituição de 1988, obteve independência administrativa e financeira. Desde então, dois procuradores-gerais da República ofereceram denúncias contra políticos: o ex-presidente Fernando Collor, em 1992, e os ministros e deputados, em 2006, acusados de participar do mensalão.



Gurgel (E), ao lado de Demostenes Torres, presidente da CCJ, defende uma “atuação sóbria, firme e discreta do Ministério Público”

# Roberto Gurgel será o novo procurador-geral da República

Aprovado para ocupar a vaga deixada por Antonio Fernando de Souza, ele se declara um defensor do controle externo das instituições e promete transparência

O Plenário aprovou a indicação, pelo presidente da República, de Roberto Monteiro Gurgel Santos para procurador-geral da República, na vaga deixada pelo fim do mandato de Antonio Fernando de Souza. Roberto Gurgel teve 60 votos favoráveis e 5 contrários. Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), após ser ouvido, Gurgel foi aprovado pelos

23 senadores presentes.

Gurgel disse que irá atuar com “independência e firmeza, sem jamais transigir contra a ética e o Direito”, e também prometeu abrir um diálogo permanente com o Congresso. Segundo ele o Ministério Público (MP) já iniciou as apurações de denúncias de improbidade administrativa cometida por servidores do Senado, a exemplo dos chamados atos secretos que são alvo de investigação da Polícia Federal.

Relator da indicação, Tasso Jereissati (PSDB-CE) observou que Gurgel é um profissional “brilhante e competente e que está na linha da responsabilidade, do equilíbrio e do espírito público, a exemplo dos últimos procuradores”.

Segundo Pedro Simon (PMDB-RS), Gurgel representará a continuidade do “trabalho excepcional” feito nos últimos anos pela Procuradoria. Ele também se disse favorável à atuação de procuradores em inquéritos e investigações.

Quanto aos grampos telefônicos ilegais, citados por Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), Gurgel defendeu o controle das chamadas escutas telefônicas autorizadas pelo Judiciário, já que são as mais fundamentadas provas contra atos ilícitos, principalmente os relacionados a questões financeiras. Ele também se disse contrário à “pirotecnia, ao espetáculo e aos holofotes” nas investigações.

– A atuação sóbria, firme e discreta dos membros do Ministério Público deve prevalecer ao longo de toda a investigação – resumiu.

## Plácido Sales assumirá cargo de defensor público-geral

Depois de sabatinado pela CCJ no fim de junho, José Rômulo Plácido Sales foi aprovado pelo Senado para o cargo de defensor público-geral da União, para um mandato de dois anos, em substituição a Eduardo Flores Vieira.

Na sabatina, Plácido Sales defendeu a ampliação do número de defensores públicos. Para ele, o serviço tem que acompanhar a expansão das varas da Justiça Federal e da Justiça do Trabalho, especialmente no interior, com a abertura de órgãos dos tribunais em dezenas de municípios.

A relatora, Lúcia Vânia (PSDB-GO), apresentou voto favorável, enquanto Heráclito Fortes (DEM-PI) destacou a competência do novo defensor-geral.

Criada pela Constituição de 1988

para prestar assistência jurídica gratuita a pessoas carentes, a Defensoria da União só passou a contar com quadro próprio de defensores em 2001, com a posse de 111 integrantes do primeiro concurso. Entre 1995 e 2001, funcionou com advogados cedidos por outras áreas do Judiciário. Hoje, conta com 481 defensores para atender às unidades que funcionam em Brasília e nas capitais dos estados, exceto Santa Catarina, onde o órgão ainda não foi implantado.

Segundo Lúcia Vânia, a cada ano a Defensoria aumenta o número de atendimentos. Passou de 164 mil em 2004 para 520 mil no ano passado e deve chegar a 700 mil em 2009. O trabalho envolve ainda a assistência aos presos e suas famílias.



Piauiense de Luzilândia, o novo defensor-geral é formado em Direito pela Universidade Federal do Piauí. Plácido Sales ingressou na Defensoria Pública da União na primeira turma de concursados, após a implantação efetiva do órgão, em 1995.

# As diversas versões de Ministério Público pelo mundo

Todos os países da Europa e das Américas têm Ministério Público, com atribuições diversas em que se destacam a ação penal e a defesa do interesse público. Em geral, a polícia judiciária é subordinada ao MP. Em alguns países os membros do MP acumulam a defesa do Estado. Na Europa, a tendência é de equivalência entre juízes e membros do MP no que diz respeito a estatuto, direitos e garantias. Em países como Portugal, Alemanha, Itália e Espanha, os

concursos para promotores e juízes são únicos e após um curso de dois a três anos de duração é feita a opção por uma ou outra carreira. A seguir, as diversas versões de Ministério Público no mundo.

### Como é no Brasil?

O MP tem autonomia administrativa, financeira e orçamentária, mas não é um Poder estatal. Atua na defesa dos interesses sociais e tem a iniciativa penal em ações públicas. É dividido em federal e estadual, com especialidades (eleitoral, militar, trabalhista). Há ainda o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União.

<b>Estados Unidos</b> A eleição para cargos superiores do MP varia de um estado para o outro, e pode ser direta ou indireta. Em geral os mandatos são de quatro anos. A exceção é o procurador-geral da República, indicado pelo Executivo e aprovado pelo Senado, que pode ser demitido. Os procuradores podem ingressar com ação penal e têm autonomia para acordos extrajudiciais. Perto de 80% das ações terminam em acordo. Há forte controle social e estatal. Nos estados e condados (municípios), os promotores são escolhidos por eleição.	<b>México</b> O MP atua na esfera criminal e em casos de interesse público. Comanda a polícia judiciária e é comunicado pela polícia sobre qualquer prisão. O órgão é dividido em Ministério Público da República e das unidades da Federação, e o procurador-geral pode ser substituído livremente pelo Executivo.	<b>Inglaterra</b> Contrariando setores policiais e advocatícios, o MP foi criado em 1985. Ficou como titular da ação penal, mas precisa de um advogado para assinar a denúncia criminal. A seleção dos membros é por indicação, de forma similar à dos juízes, nomeados anualmente pela rainha.	<b>Alemanha</b> A seleção de magistrados e promotores, em concurso e curso de formação, é única. Ao final do processo, escolhe-se uma das carreiras, que têm as mesmas garantias constitucionais. Em estados do sul existe a possibilidade de acumular um cargo de magistrado em uma comarca e de membro do MP em outra.
<b>Equador</b> O MP tem autonomia funcional e financeira. O fiscal geral é escolhido pelo Congresso a partir de lista do Conselho Nacional de Judicatura. Tem mandato de seis anos, com direito a recondução. É considerado um organismo de controle, exerce função processual e investigativa, contando com corpo policial e pericial, além de defender a legalidade e a ordem constitucional.	<b>Venezuela</b> Com autonomia e independência funcional, administrativa e financeira, o MP atua na investigação criminal, na ação penal e na defesa dos direitos fundamentais e constitucionais. É considerado Poder estatal cidadão em paridade com os demais Poderes. O fiscal geral é designado por um período de sete anos e deve preencher os mesmos requisitos exigidos do magistrado da Corte Constitucional. Há ainda a Defensoria do Povo, espécie de ouvidoria, com a função de defesa dos direitos coletivos, direitos humanos e constitucionais e fiscalização dos serviços públicos.	<b>Portugal</b> O MP goza de autonomia e seus membros são considerados magistrados. O procurador-geral tem mandato de seis anos, com atuação na defesa do interesse público e com titularidade da ação penal. Embora um concurso único escolha juízes e procuradores, em 1998, as carreiras foram separadas. No mesmo ano foi criado o Conselho Nacional do Ministério Público. Defende também o Estado.	<b>Espanha</b> O Ministério Fiscal atua na defesa da sociedade, dos direitos fundamentais, da legalidade e do interesse público. Tem atividade criminal. Os promotores (fiscais) são escolhidos mediante concurso entre bacharéis em Direito. Integra o Poder Judicial e seus membros têm isonomia com juízes. O fiscal geral é nomeado pelo rei mediante indicação do governo e do Conselho Judicial.
<b>Chile</b> O Ministério Público Fiscal é composto por bacharéis em Direito escolhidos por concurso público, com isonomia em relação aos magistrados. Em uma delegacia o fiscal pode expedir mandado de busca e apreensão domiciliar. O fiscal geral é nomeado pelo presidente da República com participação do Senado e do Tribunal Constitucional.	<b>Bolívia</b> Além da defesa da legalidade, o MP sociedade por meio de ação penal e investigação criminal. O fiscal geral deve preencher os mesmos requisitos exigidos para ministro da Corte Suprema. Tem mandato de dez anos. Presta contas anualmente ao Congresso Nacional. É ainda uma espécie de advogado-geral da União.	<b>Paraguai</b> O MP, ou Fiscalía General, defende os interesses da sociedade e do Estado, tendo autonomia funcional e administrativa. Com mandato de cinco anos, seu chefe é nomeado pelo Executivo por indicação do Conselho Nacional Judicial e deve ser aprovado pelo Senado. Os agentes fiscais têm as mesmas garantias dos magistrados. A polícia judicial colabora com o MP, que pode emitir mandados de prisão de curto prazo.	<b>Itália</b> O membro do MP é selecionado em concurso em carreira única que inclui a magistratura judicial e pode mudar de função a cada promoção ou remoção. Em casos de emergência, pode expedir mandados de prisão, comunicando o fato ao juiz de instrução.
<b>Argentina</b> O MP tem status similar ao do Poder Judiciário e seus integrantes são considerados magistrados. Não pode defender o Estado. É dividido em Ministério Público Fiscal (ação penal, fiscalização e investigação) e da Defesa (curadorias como família, menores e assistência jurídica aos carentes).	<b>Uruguai</b> O MP tem a iniciativa da ação penal, bem como a defesa dos interesses sociais e do Estado. É ligado ao Ministério da Educação, que assume funções equivalentes às do Ministério da Justiça no Brasil. Porém, a polícia é ligada ao Ministério da Defesa.	<b>Japão</b> Previsto na Constituição com autonomia, o MP atua na esfera criminal e até fazer investigações e até interrogatórios. Seus membros são selecionados por meio de concurso.	

Fonte: Artigo “O Ministério Público no mundo”, do promotor de Justiça em Minas Gerais André Luís Alves de Melo

## defesa

O marco das três fronteiras entre Brasil, Paraguai e Argentina: regiões limítrofes têm problemas específicos e restrições para atividade financeira de estrangeiros

ANTONIO GIL/WIKIPEDIA



# Senado analisa redução da faixa de fronteira

Para incentivar desenvolvimento econômico e social, propostas sugerem diminuição da área hoje definida em 150km pela Constituição. Medida não tem apoio do governo e de ambientalistas

Estratégica para a integração sul-americana, ocupando 27% do território nacional (11 estados e 588 municípios) e com 10,6 milhões de pessoas, a faixa de fronteira – parcela de 150km paralela às divisas do Brasil com dez vizinhos latino-americanos – padece de problemas em geral mais graves do que a média nacional. Muitos atribuem as dificuldades às restrições legais para atividade econômica na região e apontam como solução, criticada pelo governo e pelos ecologistas, reduzir a área determinada pela Constituição.

Dois propostas de emenda à Constituição (PEC) em debate no Senado têm esse objetivo. A mais antiga delas (49/06) é do senador gaúcho Sérgio Zambiasi (PTB), em cujo estado estão 197 dos municípios e 3 milhões de pessoas nas fronteiras. Ele quer encurtar a faixa de fronteira para 50km. A segunda (22/09), de Osmar Dias (PDT-PR), é ainda mais radical e reduz o espaço para um décimo do tamanho atual (15km).

A discussão ganhou fôlego a partir de 2005, com a disputa – até hoje sem solução – travada no Rio Grande do Sul entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) e a Stora Enso, multinacional de papel e celulose que comprou 46 mil hectares para plantar eucaliptos. Ocorre que a ocupação e a utilização da faixa são reguladas pela Lei 6.634/79, que impõe

diversas restrições à atividade econômica e às transações com imóveis rurais (veja *Infográfico*), “que impliquem a obtenção, por estrangeiro, do domínio, da posse ou de qualquer direito real sobre o imóvel”.

Segundo Sérgio Zambiasi, o Brasil é o único país com uma faixa de fronteira dessa extensão. “Ainda estamos vendo inimigos que podem nos invadir. Isso é retrógrado”, disse o senador, ao citar a necessidade de promover a integração entre os povos e permitir o desenvolvimento dessas regiões.

De fato, a maioria das nações não adota o conceito de faixa de fronteira nos moldes brasileiros, mas em geral dispõe de outros dispositivos que garantem ao Estado a sua capacidade de prover a segurança e o desenvolvimento nessa área. Por isso, no Executivo, a posição majoritária é contrária à redução da faixa.

– Seria imprudente prescindir da faixa de fronteira para a segurança nacional – avalia o coronel Gustavo de Souza Abreu, ex-secretário de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais do Ministério da Defesa, desenvolver os municípios ali situados (hoje 588, mas que passariam a ser apenas 256 com a proposta mais conservadora) interessa à defesa nacional, mas a redução da área não contribui para isso.

– Deixaríamos de ter alguns tipos de controle que afetam os planejamentos militares e a defesa – explica o coronel, que sugeriu, em debate na Câmara, a adoção de uma política de impostos e migração para diminuir os problemas da região.

No mesmo debate, o diretor do Departamento de Programas

do Ministério da Defesa.

Para Felipe Amaral, do Movimento Gaúcho em Defesa do Meio Ambiente, a tentativa de reduzir a faixa de fronteira é mais uma ilusão de salvação econômica.

– Não é através de mudanças constitucionais que a gente vai fazer o desenvolvimento. Tanto é que, na região da faixa de fronteira, há municípios prósperos.

Além das duas PECs, outros projetos sugerem formas de estimular o desenvolvimento da região, como o Estatuto da Fronteira (PLS 313/08), também de Zambiasi, ou a PEC 6/09, de Marisa Serrano (PSDB-MS), que propõe a formação de um fundo de desenvolvimento dos municípios de fronteira.

– Diversas cidades brasileiras sofrem

com a perda do dinamismo econômico e se deparam com a ausência de perspectivas de emprego para seus jovens, pois a economia se mantém estagnada como consequência dos benefícios e incentivos fiscais vigentes no outro lado do limite internacional – diz a senadora.

Em maio passado, foi instalada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) do Senado a Subcomissão da Amazônia e da Faixa de Fronteira. Quem a preside é o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), que prometeu fazer “sem ideologia, sem partidários, sem paixões, sem religião, mas com consciência, um diagnóstico que beneficie as pessoas, em primeiro lugar; o meio ambiente, em segundo lugar; e os bichos, em terceiro lugar”.

## Governo federal é contra a ideia

A proposta de reduzir a faixa de fronteira encontra resistências no governo. De acordo com o coronel Gustavo de Souza Abreu, ex-secretário de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais do Ministério da Defesa, desenvolver os municípios ali situados (hoje 588, mas que passariam a ser apenas 256 com a proposta mais conservadora) interessa à defesa nacional, mas a redução da área não contribui para isso.

– Deixaríamos de ter alguns tipos de controle que afetam os planejamentos militares e a defesa – explica o coronel, que sugeriu, em debate na Câmara, a adoção de uma política de impostos e migração para diminuir os problemas da região.

No mesmo debate, o diretor do Departamento de Programas

das Regiões Sul e Sudeste da Secretaria de Programas Regionais do Ministério da Integração Nacional (MI), Marcelo Ribeiro Moreira, disse que a redução da faixa pode prejudicar cidades que ficariam sem recursos do Plano Nacional de Desenvolvimento Regional. Mas, de acordo com o Sistema Integrado de Acompanhamento Financeiro (Siafi), isso não faria muita diferença.

Segundo o Siafi, o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira receberia este ano R\$ 372,7 milhões, valor reduzido em R\$ 35 milhões por corte orçamentário. Porém, até agora, nem um único centavo foi liberado. Os outros dois programas do Plano Nacional também estão a pão e água. O Programa de Promoção da Sustentabili-

dade de Espaços Sub-Regionais só gastou 0,32% dos seus R\$ 270,2 milhões prometidos e o Programa de Desenvolvimento Macrorregional Sustentável recebeu até 1º de julho apenas 0,30% da dotação original de R\$ 313,3 milhões.

Ainda assim, documento oficial do MI assegura que “o desenvolvimento regional foi definido como prioritário no governo Lula”.

“A faixa de fronteira configura-se como uma região pouco desenvolvida, abandonada pelo Estado, marcada pela dificuldade de acesso a bens e serviços públicos, pela falta de coesão social, pela inobservância de cidadania e por problemas peculiares”, define Geddel Vieira Lima, ministro da Integração Nacional.

## Vizinhos da América do Sul, em geral, também adotam restrições

Cinco países sul-americanos, além do Brasil, reconhecem a faixa ou zona de fronteira como um espaço territorial distinto e que necessita de regras específicas para propriedade de terras e atividades econômicas (veja o quadro). Mas a tendência é esse número aumentar, mesmo com a disposição geral dos vizinhos em construir uma integração regional por meio do Mercosul.

Segundo dados de um estudo realizado no ano passado pelo coronel Gustavo de Souza Abreu, do Ministério da Defesa, a Argentina não utiliza o conceito de faixa de fronteira, porém o Uruguai discute uma legislação que estabelece uma faixa de 50km apenas para fins fundiários e de controle ambiental.

O Paraguai adotou recentemente uma legislação restritiva à aquisição de imóveis rurais por estrangeiros em uma faixa de 50km, afetando diretamente os “brasiguaios” instalados, ainda que o dispositivo preserve, em princípio, aquisições anteriores.

O Peru tem 50km de faixa, com restrições para estrangeiros, e há décadas tenta incentivar a ocupação humana nessas áreas, oferecendo,

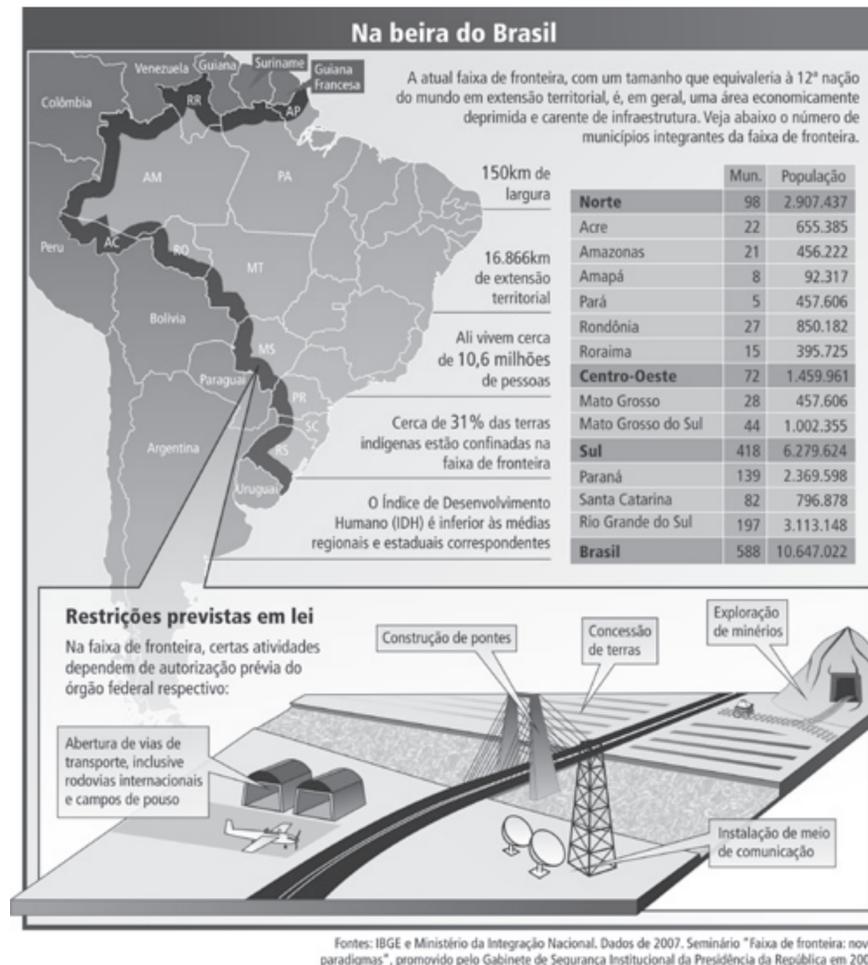
por exemplo, vantagens salariais para professores que trabalham nas zonas rurais e de fronteira.

A Venezuela não estabelece faixa de fronteira, mas a Constituição de 1999 prevê a promulgação da “Ley Orgánica de Fronteras e da Política Fronteriza de Estado”, destinada, segundo o estudo, a solucionar problemas históricos envolvendo perdas territoriais e danos ambientais.

### Uruguai, Peru, Paraguai e Bolívia têm ou propõem faixa de 50km

A Bolívia mantém uma faixa de 50km, na qual empresas estrangeiras e nacionais com maioria de capital estrangeiro não podem adquirir nem possuir solo ou subsolo e águas.

A Colômbia não estabelece dimensão de faixa e tampouco regras para a aquisição de terras na fronteira. A Constituição colombiana (promulgada em 1991 e reformada em 1997) facilita a execução de projetos de cooperação e integração regional com os países vizinhos destinados a incentivar o desenvolvimento social, a prestação de serviços públicos e a proteção ao meio ambiente – “uma questão menor, diante da guerrilha de décadas amplamente desdobrada na fronteira”, como lembrou Gustavo Abreu.



## Na região Norte, fluxo migratório e narcotráfico preocupam

Além da presença das Forças Armadas na faixa de fronteira, a Polícia Federal e a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) realizam ações na região para reprimir crimes transnacionais (lavagem de dinheiro, contrabando, narcotráfico, tráfico de animais e seres humanos etc.) e possíveis atos terroristas.

Na Tríplice Fronteira no Alto Solimões, existem três pequenas cidades – Santa Rosa (Peru), Leticia (Colômbia) e Tabatinga (Brasil), distante 1.105km de Manaus. Entre Tabatinga e Leticia, a separação é de apenas uma rua. O narcotráfico tem proporções diferentes em cada uma, mas o desemprego e o trabalho informal são comuns.

Segundo Márcia Oliveira, pesquisadora do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade

Federal do Amazonas, o município de Leticia vem se tornando local de refúgio dos *desplazados* – moradores expulsos de seus lares pelo conflito armado que envolve o narcotráfico, o Exército colombiano, grupos paramilitares e guerrilheiros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc). Um centro de atendimento recebe, em média, de 450 a 500 famílias por dia, relata a pesquisadora.

– A fronteira do lado brasileiro recebe um considerável fluxo da migração dos outros países. Um problema sério é o acesso ilegal de pessoas que entram no país sem documentos. A fiscalização federal de fronteiras é intensa em algumas áreas, porém, considerando a vastidão da selva, é impossível manter um controle 100% eficaz nessas condições de traslado permanente.

## Investimento estrangeiro em mineração só com mudança na lei

Em 2004, o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência promoveu o seminário “Faixa de fronteira: novos paradigmas”, com as áreas do governo que tratam do tema. As conclusões apontaram para a necessidade de compatibilizar a exploração mineral, o respeito às áreas indígenas, a preservação ambiental, a prestação de serviços públicos tanto aos brasileiros quanto aos estrangeiros e a defesa nacional, com ênfase no combate a crimes transnacionais.

Um dos problemas crônicos é a questão fundiária. “O ciclo de leis tem engessado a capacidade decisória do Incrá”, admite o relatório.

A exploração mineral, na visão do governo, deve ser desenvolvida “sob rígidos marcos legais e com a implantação de

um instrumento de controle” para atingir a gestão eficiente dos recursos, com empreendimentos que atraiam investimentos estrangeiros.

Para a Advocacia-Geral da União (AGU), a maneira de permitir atividades de empresas estrangeiras em faixa de fronteira seria por intermédio de alteração da legislação. Existe um anteprojeto modificando a Lei 6.634/79, para excluir a restrição ao capital estrangeiro naquelas áreas.

No Ministério da Integração Nacional, o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira pretende atacar os dois problemas, estimulando a criação de arranjos produtivos locais e trabalhando para mudar a legislação que tem efeitos adversos sobre o desenvolvimento e a qualidade de vida.

## Regras para as fronteiras definidas desde o início da República

O uso da terra nas zonas de fronteira é regulamentado desde o início da República. A Lei 601, de 1890, sobre *terras devolutas*, reservava uma faixa de “dez léguas” (66km) ao longo dos limites nacionais que poderiam ser concedidas gratuitamente. A Constituição da época dizia que as terras devolutas eram dos estados. A União ficava apenas com parcelas para defesa das fronteiras.

A Constituição de 1934 fixou

a faixa em 100km de largura, na qual a concessão de terras não poderia ser feita sem autorização da União. Na Carta de 1937, foram mantidas as regras, e a faixa passou para os 150km de largura, que prevalecem hoje.

A Constituição de 1946 condicionava que, nas cidades dentro das “zonas indispensáveis à defesa nacional”, os prefeitos deveriam ser nomeados pelos governadores. Uma lei de 1955 manteve a faixa de 150km como zona de segurança.

A Constituição de 1988 mantém os 150km e remete a uma lei, ainda não aprovada, a propriedade de terras por estrangeiros.

GERALDO MACIELA



MOREIRA MOREIRA



Emenda sugerida por Sérgio Zambiasi (E) encurta a faixa de fronteira de 150km para 50km, enquanto a de Osmar Dias reduz área para apenas 15km

## comissões



Pinheiro Guimarães (D) defende posição do governo favorável à adesão. À mesa com Pio (E), Lampreia e Azeredo

# Sem consenso sobre Venezuela no Mercosul

Últimos debates na Comissão de Relações Exteriores reforçaram a acirrada divisão de opiniões sobre a conveniência de receber o vizinho no bloco

De um lado, os interesses econômicos do Brasil; de outro, a preocupação com os destinos da democracia venezuelana. Na última rodada de debates promovida pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) a respeito do ingresso da Venezuela no Mercosul, semana passada, convidados favoráveis e contrários à adesão reiteraram os dois principais argumentos apresentados nas audiências anteriores.

Defensor da aprovação, o secretário-executivo do Ministério das Relações Exteriores, Samuel Pinheiro Guimarães

Neto, afirmou que a Venezuela aumentou suas importações do Brasil e que muitos investidores brasileiros têm enviado recursos para aquele país. Já o ex-ministro das Relações Exteriores Luiz Felipe Lampreia reclamou que o protocolo de adesão da Venezuela teve “uma negociação rápida e pouco transparente”.

O ingresso do país no Mercosul recebeu críticas do relator do protocolo de adesão, Tasso Jereissati (PSDB-CE), além de João Tenório (PSDB-AL), Fernando Collor (PTB-AL), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e Arthur

Virgílio (PSDB-AM). Defenderam a ampliação do bloco Cristovam Buarque (PDT-DF), Inácio Arruda (PCdoB-CE), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Augusto Botelho (PT-RR).

Também participaram dos debates o deputado federal e ex-governador de Roraima Neudo Campos (PP-RR), o escritor Gustavo Tovar-Arroyo, o ex-prefeito de Chacao, na Venezuela, Leopoldo López, o professor da Universidade de Brasília Carlos Pio e o presidente da Federação das Câmaras de Comércio e Indústria da América do Sul, Darc Costa.

## homenagem

### Congresso Nacional realiza sessão pelos 15 anos do Plano Real

O Congresso Nacional comemorou os 15 anos do Plano Real em sessão na terça-feira. O presidente José Sarney prestou homenagem aos ex-presidentes Itamar Franco – em cujo governo foi implantado o plano – e Fernando Henrique Cardoso, que, como observou Sarney, soube incorporá-lo à vida do país. Fernando Henrique, presente à cerimônia, disse que o real foi um dos momentos de fortalecimento e de consolidação da nação. Para ele, o plano foi fruto

da democracia, tendo envolvido toda a sociedade e o Congresso.

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), que solicitou a homenagem, disse que as reformas estruturantes necessárias para modernizar o país encontram hoje as condições favoráveis que foram plantadas pelo Plano Real. Também participaram da sessão o presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, e o presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes.

### Fernando Henrique defende privatizações feitas em seu governo

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, em entrevista à TV Senado, avaliou erros e acertos do seu governo. Criticou a atual partidização das agências reguladoras e citou a importância das privatizações. Segundo ele, se as empresas estatais não tivessem sido vendidas, os brasileiros não teriam acesso a computadores e a internet, porque o Estado não teria recursos para investir no setor.

O ex-presidente também ressaltou como positiva a venda da Companhia Vale do Rio Doce. Segundo afirmou, a companhia foi vendida na época por R\$ 12 bilhões e hoje vale dez vezes mais. A empresa, observou, atualmente paga impostos ao Estado, enquanto antes dava prejuízo aos cofres públicos.

Fernando Henrique disse também orgulhar-se de ter implantado a prorrogação das dívidas dos estados.



Fernando Henrique (D) disse que o plano econômico representou um momento de fortalecimento da nação e decorreu do amadurecimento democrático

### CRE considera ofensiva carta de embaixador venezuelano

O presidente da CRE, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), devolveu ao embaixador da Venezuela, Julio García Montoya, carta, considerada hostil e desrespeitosa pela maioria dos integrantes da comissão, em que ele justificou sua ausência no debate.

Na carta, enviada por fax, Montoya diz ser “inconveniente” que se limite a discussão ao “jogo de interesses de particularíssima condição política”. Para ele, se ainda existem dúvidas sobre o tema, essas são “de caráter ideológico e até pessoal”. Por isso, concluiu, a sua presença no debate não faria nenhuma diferença.

O senador Fernando Collor (PTB-AL) propôs voto de censura ao embaixador por considerar a carta “nem diplomática, nem civilizada”. Para Arthur Virgílio (PSDB-AM), Montoya foi “politicamente inábil”. Tasso Jereissati (PSDB-CE) informou ter dito a Montoya que não havia restrição ideológica a seu país. Também criticaram a postura do diplomata os senadores Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), Heráclito Fortes (DEM-PI), Romero Jucá (PMDB-RR) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA), enquanto Inácio Arruda (PCdoB-CE) defendeu o embaixador.

### ELEIÇÃO PARA PARLAMENTO

A falta de acordo na Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul sobre as regras para a eleição de parlamentares regionais torna a questão uma corrida contra o tempo. Uma nova lei para regulamentar o pleito, que será em outubro de 2010, deve estar em vigor um ano antes. Há duas propostas em jogo: uma de listas partidárias fechadas, outra de lista única, elaborada por todos os partidos, que seria ratificada ou não pelo eleitorado.

### Comissão aprova proposta de nova lei de adoção

A proposta de uma nova lei nacional de adoção foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), na forma de um texto alternativo da Câmara dos Deputados a projeto da senadora Patrícia Saboya (PDT-CE).

Focado na garantia do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar, estabelecida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, o projeto (PLS 314/04) ainda será examinado pela Comissão de Direitos Humanos (CDH).

O relator, Aloizio Mercadante (PT-SP), destacou pontos como a exigência de preparação dos pais adotivos e de acompanhamento familiar pós-acolhimento em caso de adoção internacional. Embora tenha sido mantida a prioridade de acolhimento da criança ou do adolescente pela família natural, a proposta inovou, disse, ao inserir o conceito de família extensa, formada por parentes próximos com os quais o menor convive e mantém vínculos afetivos.

### Creches e pré-escolas poderão ser construídas com dinheiro do FGTS

A construção de creches e escolas para crianças de seis meses a seis anos incompletos poderá ser financiada com recursos do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS) e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). A medida faz parte de proposta aprovada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O projeto (PLS 698/07), de Patrícia Saboya (PDT-CE), recebeu relatório favorável de

Rosalba Ciarlini (DEM-RN), que argumenta que o acesso aos recursos do FGTS permitirá a expansão das unidades de ensino para crianças até seis anos. Citando pesquisas, Rosalba lembra que o acesso à educação infantil garante melhor desempenho acadêmico nas etapas escolares subsequentes e até no exercício profissional. Mas somente 17% das crianças brasileiras têm acesso a creches e pré-escolas.

### PEDOFILIA NO AMAZONAS

A CPI da Pedofilia vai aprofundar as investigações da Operação Vorax, da Polícia Federal, que desbaratou uma rede de pedófilos no Amazonas envolvendo autoridades. Na semana passada, a comissão decidiu aprovar uma série de requerimentos para ouvir supostos envolvidos.

### RESTRIÇÃO A CARTÕES

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) aprovou proposta do presidente da CPI da Pedofilia, Magno Malta (PR-ES), de proibir a autorização, pelas administradoras de cartões de pagamento, de compras relacionadas com jogos de azar e pornografia infantil pela internet.

## decisões/debates

### Cientistas pedem prioridade ao desenvolvimento da Amazônia

O Brasil também deveria contar com um amplo programa de desenvolvimento da Amazônia, assim como dispõe de programas destinados às áreas espacial e nuclear, recomendou a diretora do Museu Paraense Emílio Goeldi, Ima Célia Vieira, em debate na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). Ela defendeu – juntamente com quatro outros pesquisadores – a transformação da região em

uma prioridade nacional.

Para o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), a ciência e a tecnologia podem ser os principais instrumentos na busca do desenvolvimento sustentável da Amazônia. Renato Casagrande (PSB-ES) considerou necessário estabelecer um programa específico do governo federal para a região. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) sugeriu a criação de um ministério para a Amazônia.

#### COPA DO MUNDO

A presidente da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas, Ideli Salvatti (PT-SC), apresentou a ideia de a Copa do Mundo de 2014 ter como símbolo a sustentabilidade e o respeito ao meio ambiente. Os deputados e senadores apoiaram a iniciativa, que, segundo Ideli, já foi apresentada ao presidente Lula.

#### SUBCOMISSÃO

A Comissão de Meio Ambiente terá uma subcomissão permanente de acompanhamento da Copa do Mundo de 2014. A proposta de Renato Casagrande (PSB-ES) é fiscalizar, acompanhar e controlar as obras financiadas com dinheiro público. Ele argumentou que o Comitê Organizador da Copa prevê gastos de US\$ 5 bilhões.

## ambiente legal

### ONU cobra redução drástica dos gases do efeito estufa

O secretário-geral da ONU, Ban Ki-Moon, criticou duramente os líderes das oito economias mais desenvolvidas do mundo, que compõem o G8, por não terem sido capazes de assumir um

compromisso maior na redução dos gases causadores do efeito estufa no curto prazo. Segundo ele, esse compromisso seria necessário para levar os países em desenvolvimento a fazer o mesmo.

#### RICOS TRAÇAM META DE 80%

A nota do G8, divulgada quarta-feira na Itália, diz que os ricos reduzirão de forma "robusta" suas emissões no médio prazo, a fim de atingir uma meta de 80% até 2050. Mas não dá maiores detalhes, a despeito da advertência da ONU de que as emissões globais precisam cair de 25% a 40% até 2020, para impedir que as temperaturas globais subam mais de 2° C acima dos níveis pré-industriais.

#### LAMENTO

Cristovam Buarque (PDT-DF) lamentou a posição assumida pelo Brasil na reunião do G8 a respeito de cortes na emissão de gases. "Ao ouvir o presidente Lula dizer que o importante é queimar mais combustível fóssil, com o carisma que ele tem, muitos vão levar em conta essa posição equivocada", disse o senador.

#### APELO A LULA

"Faço um apelo ao presidente Lula: pense um pouco mais no futuro do Brasil depois do seu mandato. Pense um pouco mais na necessidade de reorientação que nós tanto esperamos do seu governo, do PT, dos outros partidos que formam o governo. E use a força que o senhor adquiriu, graças à sua competência, ao seu carisma, para tentar mudar o mundo e não acelerar o mundo em direção ao desastre que todos já vemos", advertiu Cristovam.

### Em busca de substituto para as sacolas plásticas

A escolha de um substituto para as sacolas plásticas convencionais (muito poluentes) ainda merece ampla discussão por causa das emissões de gás carbônico e metano e do poder de biodegradação dos materiais. A afirmação foi feita em audiência na Câmara pelo diretor da Secretaria de Recursos Hídricos, Silvano Silvério. Ele defendeu campanhas que orientem o consumidor a recusar sacolas plásticas sempre que possível.



Funcionária da Gol usa máscara para evitar contágio da nova gripe: MP reserva R\$ 129,8 milhões para combater doença

## Aprovada ajuda a vítimas de chuvas e da nova gripe

Medida provisória libera R\$ 1,2 bilhão para obras de recuperação nos estados afetados por enchentes e ações de combate e prevenção à influenza A

O Plenário aprovou a medida provisória (MP 463/09) que abre crédito extraordinário em favor de diversos órgãos do Poder Executivo no valor global de R\$ 1,2 bilhão, a ser aplicado em obras de recuperação nos estados afetados por enchentes e ações contra a influenza A, provocada pelo vírus H1N1. A MP vai à promulgação.

Para o combate e a prevenção

da nova gripe, foram reservados R\$ 129,8 milhões, mas a maior parte dos recursos, no valor de R\$ 1,087 bilhão, será aplicada na recuperação da infraestrutura de estados atingidos pelas chuvas e enchentes, especialmente no Norte e Nordeste. Também estão reservados R\$ 31,1 milhões para a segurança pública nas rodovias federais e R\$ 2,1 milhões para a conservação e a recuperação dos

biomas brasileiros.

Arthur Virgílio (PSDB-AM), crítico da edição excessiva de MPs, frisou que a MP 463/09 realmente atende aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, tendo em vista o sofrimento imposto pelas chuvas. José Agripino (DEM-RN), favorável à MP, observou que a aprovação não era garantia de repasse integral dos recursos previstos aos estados.

### Falta de informações em MP é alvo de críticas do relator

O Ministério da Integração Nacional receberá R\$ 300 milhões para socorrer regiões afetadas pelas chuvas e secas de outubro de 2008 a março último. É o que prevê a Medida Provisória 461/09 aprovada pelo Senado.

O relator, Jayme Campos (DEM-MT), apresentou voto

pela aprovação, mas protestou contra a falta de informações sobre os municípios ou estados que receberão ajuda.

– Não fosse a urgência da ajuda aos flagelados, a aprovação da MP deveria ser condicionada ao fornecimento dos dados necessários à análise – disse.



Segundo Jayme Campos, governo não informa municípios ou estados que receberão ajuda de R\$ 300 milhões

#### PROVA TESTEMUNHAL

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou projeto (PLS 523/03) que altera a Lei dos Planos de Benefícios da Previdência Social para admitir a prova testemunhal como suficiente na comprovação do exercício da atividade rural, nos processos de concessão de aposentadoria rural, desde que acompanhada de inspeção do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

#### ESCOLHA DO BANCO

Os empregados terão o direito de escolher a instituição financeira e a agência bancária em que os empregadores depositarão seus salários e demais parcelas remuneratórias. É o que prevê substitutivo de Inácio Arruda (PCdoB-CE) aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A proposta será votada de novo na CAS e, caso aprovada, seguirá para a Câmara.

### Especialista sugere programa para conter desemprego

José Carlos de Assis, assessor da presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), apresentou proposta de criação do Programa de Emprego Garantido como forma de conter o aumento do desemprego no país. O programa, a ser criado com recursos federais, pode gerar, segundo ele, entre 2,5 milhões e 4,5 milhões de empregos diretos, com a recuperação de favelas nas 14 principais regiões metropolitanas do país. A sugestão foi dada em reunião da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego que debateu os impactos da crise mundial sobre os empregos no Brasil.

### Subcomissão debate fornecimento de próteses

Os convidados para o debate sobre o fornecimento de equipamentos ortopédicos (órteses) e próteses pelos serviços de saúde do país apresentaram aos senadores um leque de dificuldades. Uma das principais é combinar ações que conjuguem setores com lógicas de funcionamento diferenciadas, como a rapidez na geração de tecnologia, a disparidade na nomenclatura dos equipamentos e a responsabilidade pela indicação do produto. Os especialistas e autoridades participaram de debate da Subcomissão de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

## debates

# Mozarildo critica atuação do governo na saúde

Senador afirma que governo Lula manipula dados estatísticos sobre doenças e que o PT levou ministro a desistir de modernizar gestão

Dados estatísticos sobre algumas doenças, como a dengue, de acordo com Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), estão sendo manipulados pelo governo para passar uma imagem equivocada sobre seu avanço no país. O senador pediu seriedade ao governo Lula no trato de questões ligadas à saúde pública.

A reportagem "Mosquito na gangorra" – publicada pelo jornal *Correio Braziliense* – deu respaldo às críticas de Mozarildo. Segundo o texto, "o número de casos de dengue na era Lula é 22% maior do que na FHC", embora tenha caído 49,8% na comparação do primeiro semestre de 2009 com o mesmo período de 2008. A indignação do senador foi motivada "pelo fato de o atual governo destacar essa última informação e usá-la como uma grande vitória".

Outra matéria, essa do jornal *O*

*Globo*, foi comentada por Mozarildo. Segundo a reportagem, pressão do PT levou o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, a desistir de projeto, em tramitação no Congresso, de implantação de fundações estatais de direito privado no setor. A intenção da proposta era modernizar a gestão da rede pública de saúde.

– É preciso modernizar a gestão da saúde e ser honesto na aplicação dos recursos – cobrou.

Em aparte, Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) elogiou

Mozarildo por comentar em Plenário o tratamento dado às doenças pelo governo. Cristovam Buarque (PDT-DF) lamentou o



JOSE CRUZ

**Mozarildo pede honestidade na aplicação de recursos e seriedade no trato da saúde pública**

recuo do ministro Temporão na defesa de uma proposta de cooperação entre entes públicos e privados na saúde.

## Mesquita Júnior apoia decisão contra queimadas

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) rebateu as críticas do governo do Acre à decisão da Justiça Federal de exigir das autoridades providências para evitar queimadas na Floresta Amazônica. A sentença foi resultado de ação civil pública

conjunta do Ministério Público (MP) estadual e do Federal. De acordo com a imprensa, o governo petista do Acre argumenta que a ação do MP feriu o princípio de independência entre os Poderes. Para Mesquita Júnior, "não caberia ao juiz tomar outra decisão neste caso", pois os governos federal e estadual têm que assumir a substituição do uso do fogo em práticas agropastoris por meios mais avançados tecnologicamente de preparo do solo.



JANE ARAÚJO

**"Governo precisa adotar tecnologia para preparo do solo"**

## João Pedro defende recuperação da BR-319

A decisão do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama) de negar licença ambiental para a recuperação da BR-319, rodovia que liga Manaus e Belém, foi criticada por João Pedro (PT-AM). Para o senador, a questão ambiental deve ser vista com profundidade e responsabilidade, mas não pode ficar acima dos aspectos sociais.

Segundo João Pedro, a decisão do Ibama contrariou as manifestações dos moradores ouvidos nas diversas audiências públicas realizadas. Ele manifestou a expectativa de um "diálogo" com o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, para que seja revista a decisão.

Na opinião do senador, não se deu atenção ao "ser humano", como se, na região, "não houvesse gente" que necessita da rodovia para se integrar à vida do estado e do país, inclusive populações indígenas. Ele citou a necessidade de escoamento da produção e do acesso de crianças às suas escolas.

## Cristovam diz que reparação a afrodescendentes é impagável

Cristovam Buarque (PDT-DF) é contrário à reparação financeira a todos os brasileiros descendentes de escravos. Em Plenário, ele disse, na sexta-feira, que essa proposta debatida na Comissão de Direitos Humanos (*ver página 5*) é financeiramente insustentável. O pagamento de R\$ 200 mil aos cerca de 80 milhões de afrodescendentes custaria aos cofres públicos valor superior a R\$ 16 quatrilhões.

– Esse dinheiro vai sair do Estado, portanto do povo. Ou seja, dos próprios descendentes dos escravos – criticou.

O senador lembrou que o país ainda não criou um centro de pesquisa e estudos sobre a escravidão. A verdadeira reparação só poderá ocorrer, disse Cristovam, por meio de uma "visão de futuro", com garantia de educação pública de qualidade para os descendentes dos escravos. E considerou inadmissível as grandes diferenças entre negros e brancos. Na média, frisou o senador, os negros possuem salários menores, escolaridade inferior e compõem a maior parte da população dos presos nas cadeias e dos analfabetos.

## Adelmir Santana cobra acordo entre Cassi e hospitais de Brasília

Adelmir Santana (DEM-DF) fez um apelo aos dirigentes da Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil, a Cassi, para que sejam mais flexíveis em sua negociação com hospitais e médicos particulares de Brasília, que suspenderam o atendimento aos cerca de 80 mil associados. O senador explicou que há "um clima de guerra" entre as partes, o que não facilita os entendimentos.

Para o senador, é urgente que o

atendimento seja retomado, não sendo justo que os associados sejam prejudicados "por decisões radicais tomadas por um plano de saúde amplo e tradicional". O atendimento médico-hospitalar pelo Sistema Único de Saúde (SUS) em Brasília, disse, ainda é muito falho, especialmente nas emergências. Ele cobrou gestão mais eficiente do SUS. O atendimento inicial falho traz dificuldades posteriores e maiores gastos.

## Heráclito diz que há corrupção no governo do Piauí

Heráclito Fortes (DEM-PI) afirmou que o governador do Piauí, Wellington Dias, "permite que a corrupção corra frouxa em seu governo" e anuncia obras que não existem. O senador destacou o suposto uso de recursos públicos, por uma supersecretaria estadual, nas campanhas eleitorais de 2008, envolvendo 11 municípios. Wellington Dias ainda anunciou a construção de um "aeroporto internacional" em São Raimundo Nonato, que, segundo Heráclito, foi, na verdade, projetado para receber apenas aviões de até 50 passageiros.

## Mão Santa: PMDB deve ter candidato a presidente

O lançamento de candidato próprio do PMDB às eleições presidenciais de 2010 foi defendido por Mão Santa (PMDB-PI). Para o senador, "o maior partido do país deve ser cabeça de chapa" em uma eventual aliança com o PT, na qual Dilma Rousseff seria candidata a vice-presidente. Mão Santa também considerou "um retrocesso" a decisão do presidente Lula de "tirar do bolso" a candidatura da ministra-chefe da Casa Civil para disputar a Presidência, em detrimento de outros nomes de maior expressão e experiência que o PT possui.

## homenagens

### Senado presta homenagem ao maestro Silvio Barbato

Em sessão especial em homenagem ao maestro Silvio Barbato, uma das vítimas do acidente com o voo da Air France em 31 de maio, o vice-presidente do Senado, Marconi Perillo (PSDB-GO), referiu-se ao homenageado como "um brasileiro ilustre que deixa uma lacuna intransponível na música".

Barbato foi regente da Orquestra Sinfônica do Theatro Municipal do

Rio de Janeiro e diretor artístico do Teatro Nacional Cláudio Santoro, de Brasília. Silvine Barbato, irmã do maestro, compareceu à sessão, na última quinta-feira, que contou ainda com a presença do núncio apostólico, dom Lourenço Baldisseri.

Autor do requerimento de homenagem, Adelmir Santana (DEM-DF), presidente regional do Sesc, comprometeu-se a dar continuidade

ao Projeto Sesc Sinfonia, que era executado em parceria com o maestro. Cristovam Buarque (PDT-DF) propôs a criação de um programa pelo Ministério da Cultura para incentivar a música erudita e os que a praticam no Brasil. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) disse esperar que todos tenham em Barbato "a referência de um homem que dedicou a sua vida a alegrar os corações".



GERALDO MAGELA

**Cristovam propõe a Lei Silvio Barbato para incentivar a prática da música erudita no país**

institucional

# Senado pode cortar 2.400 funcionários

Número indicado pela Fundação Getúlio Vargas corresponde a 24% do pessoal, mas corte pode chegar a 40% do quadro. Estudo fica pronto este mês

A proposta de reestruturação administrativa do Senado que a Fundação Getúlio Vargas (FGV) promete entregar até o final do mês vai sugerir um corte de pelo menos 2.400 funcionários da Casa. O número, equivalente a 24% de um total aproximado de 10 mil, atinge somente cargos terceirizados e comissionados, mas, segundo o diretor da fundação e coordenador do projeto, Bianor Cavalcanti, a redução total poderá chegar a 40% com inclusão de servidores efetivos.

– Para os funcionários de carreira, a intenção é incentivar a implantação de um plano de demissão voluntária – explicou Cavalcanti.

O diretor da FGV afirmou ainda que o relatório final vai propor uma mudança “profunda para eliminar hipertrofias, duplicidades, superposições e distorções de hierarquia”. Também será sugerida a instituição de mandato de dois



Bianor Cavalcanti, diretor da FGV: proposta de programa de demissão voluntária para servidores efetivos e ampliação das funções da área de controle interno

anos, prorrogável uma única vez, para os cargos de diretor-geral, secretário de controle interno e advogado-geral. Os nomes seriam indicados pela Presidência do Senado e submetidos à aprovação do Plenário.

A FGV propõe ainda a reestruturação da área de controle

interno, que assumiria todas as atividades de normatização, orientação, fiscalização e controle de despesas – incluindo as verbas de gabinete –, além da avaliação dos resultados dos órgãos do Senado. A fundação também sugere a ampliação do Portal da Transparência, já em funcionamento.

## Servidores apresentam projeto de reestruturação da Casa

O presidente do Senado, José Sarney, e o 1º secretário da Casa, Heráclito Fortes, receberam de uma comissão de servidores relatório com sugestões destinadas a modificar a estrutura da instituição. Com 1.300 páginas, o trabalho consolida cerca de 500 ideias enviadas por servidores de todos os setores da Casa.

O relatório – repassado ao diretor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), responsável pela elaboração da nova proposta de estrutura administrativa do Senado, Bianor Cavalcanti – foi organizado por uma comissão de oito funcionários criada para consolidar as sugestões ao primeiro projeto apresentado pela fundação, em 12 de maio.

O documento propõe a diminuição das atuais 38 diretorias do Senado para nove e a redução do número de funções comissionadas, gratificações pagas a



Dirceu Teixeira presidiu comissão de funcionários que propõe redução de diretorias de 38 para nove

chefias e direções de 602 para 443. Essa última medida deverá garantir uma redução de 26,4% em relação ao número atual de funções com nível de gerência e direção.

O presidente da comissão, Dirceu Teixeira de Matos, explicou que a proposta prevê uma mudança de paradigma na gestão da Casa, que passaria a ter um processo de decisão colegiada,

com poderes menos centrados na figura do diretor-geral.

– Estou muito satisfeito porque os números apresentados pela comissão estão muito próximos aos apresentados pela FGV. Com isso, a redução nos custos da Casa poderá chegar a 40% – afirmou Heráclito Fortes.

Ele disse que o projeto final encaminhado pela FGV será formulado a partir também da proposta dos servidores.

O presidente José Sarney mostrou-se satisfeito com o trabalho da comissão.

– Está havendo um bom entendimento entre o pessoal da Casa, por meio desse encaminhamento em conjunto à FGV – declarou Sarney.

## Agaciel e Zoghbi respondem a processo administrativo

O 1º secretário, Heráclito Fortes (DEM-PI), autorizou a instauração de processo administrativo disciplinar para apurar as responsabilidades de Agaciel Maia, João Carlos Zoghbi e outros cinco servidores pela não publicação de mais de 600 atos administrativos nos últimos 14 anos, o que implicaria improbidade e prevaricação. As punições possíveis em processos administrativos disciplinares vão da advertência à demissão ou cassação de aposentadoria.

Os dois ex-diretores foram apontados por uma comissão de sindicância como responsáveis pela não publicação de

atos do Senado. Já os servidores Franklin Paes Landim, chefe do Serviço de Publicações do Senado; Celso Menezes, ex-chefe de gabinete da Diretoria Geral; Ana Lúcia Gomes, ex-chefe de gabinete da Secretaria de Recursos Humanos; Jarbas Mamede e Washington Reis, funcionários do Serviço de Publicações, foram citados por cumprimento de ordens ilegais.

Na opinião do 1º secretário, o caso dos atos chamados secretos “tem de ser passado a limpo”. Ele disse esperar que a comissão que fará a investigação “seja ágil e justa, trazendo clareza sobre o que foi praticado sem divulgação”.

## Mesa estuda regras para escritórios de senadores

A Mesa do Senado estuda regras para o funcionamento dos escritórios dos senadores nos estados de origem, anunciou o 1º secretário, Heráclito Fortes. Hoje os parlamentares pagam as despesas com a verba indenizatória, mas não há critérios ou limites para a transferência de servidores para os estados.

De acordo com o diretor-geral do Senado, Haroldo Tajra, a medida deverá regulamentar a existência do gabinete, quais servidores serão enviados ao estado e quais ficarão em Brasília. A frequência dos funcionários nesses escritórios será aferida por um chefe que atuará no local, explicou Tajra. O diretor-geral destacou que a medida não aumentará nem a verba indenizatória nem o número de cargos comissionados.

A Mesa decidiu ainda anular um dos chamados atos secretos que elevou a função comissionada de cerca de 40 servidores em 2006. Os beneficiados são chefes de gabinete de secretarias. De acordo com Tajra, os servidores garantiram não ter recebido o aumento.

## Plano de saúde do Senado tem novo conselho

A Mesa regulamentou a nomeação do Conselho de Administração do Sistema Integrado de Saúde do Senado (SIS), o plano de saúde dos funcionários e senadores, e determinou a realização de auditoria externa nas contas do órgão. Ficou definido ainda que será examinada a viabilidade da transferência da movimentação do fundo de reserva do SIS para o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi).

Ato da Comissão Diretora, que é integrada pelos membros da Mesa, apresentado pelo 1º secretário, define que o conselho do SIS será presidido pelo vice-presidente do Senado, cargo ocupado hoje pelo senador Marconi Perillo (PSDB-GO), e terá o diretor-geral como vice-presidente.

Heráclito Fortes defendeu ainda a gestão das contas do SIS por uma comissão.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney  
**1º Vice-Presidente:** Marconi Perillo  
**2º Vice-Presidente:** Serys Slhessarenko  
**1º Secretário:** Heráclito Fortes  
**2º Secretário:** João Vicente Claudino  
**3º Secretário:** Mão Santa  
**4ª Secretária:** Patrícia Saboya  
**Suplentes de Secretário:** César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

**Diretor-Geral do Senado:** Haroldo Tajra  
**Secretária-Geral da Mesa:** Claudia Lyra

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Ana Lucia Romero Novelli  
**Diretor de Jornalismo:** Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

**Diretor:** Mikhail Lopes  
**Chefia de Reportagem:** Denise Costa e Moisés Oliveira  
**Edição:** Valter Gonçalves Júnior e Raissa Abreu

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e da Secretaria Jornal do Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

EDIÇÃO SEMANAL

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Eduardo Leão  
**Editor-chefe:** Flávio Faria  
**Edição:** Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Rafael Faria e Suely Bastos  
**Reportagem:** Cíntia Sasse, Janaína Araújo, João Carlos Teixeira, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil  
**Diagramação:** Bruno Bazílio, Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer  
**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino  
**Arte:** Claudio Portella, Diego Jimenez e Oscar  
**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves

Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
 Tel.: 61 3303-3333 e 0800 61-2211 - Fax: 61 3303-3137  
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

## programação

## resenha

# TV Senado celebra os 100 anos de Carmen Miranda

O primeiro de dois *shows* em homenagem à cantora gravados no Centro Cultural Banco do Brasil será exibido sábado. *Repórter Senado* estreia domingo

Estreia às 14h30 deste sábado o *Espaço Cultural* da TV Senado “Disso é que eu gosto”, com a exibição de espetáculo promovido pelo Centro Cultural Banco do Brasil em maio, como parte das comemorações do CCBB pelo centenário de nascimento de Carmen Miranda. O programa será reprisado à meia-noite e às 14h30 de domingo.

A música que dá título ao *show* e a outras dez canções do repertório de Carmen Miranda são interpretadas por José Antonio Nonato, Verônica Ferriani e Pedro Miranda (cantores), Luís Filipe de Lima (violão), Ademir Jr. (sopros), Pedro Vasconcellos (cavaquinho), Paulino Dias (percussão) e Valerinho (pandeiro). Também estreia na TV Senado,

à 1h30 do domingo, o *Repórter Senado*, com o tema “Vida digital”. O programa mostra as estradas digitais que conectam pessoas, países e mercados e será reprisado às 14h do mesmo dia.

Ainda no domingo, às 15h30, vai ao ar o segundo documentário da série *Retrato de um gênio artístico*, mostrando a obra de Caravaggio (1571-1610) por meio de análise das pinturas *Baco*, *Tocador de alaúde*, *Virgem de Loreto* e *Judite decapita Holofones*.

A programação completa da TV Senado está na página da emissora na internet ([www.senado.gov.br/tv](http://www.senado.gov.br/tv)) e também



Sucesso no Brasil e nos Estados Unidos, a cantora iniciou carreira graças ao apoio de Pixinguinha

no Twitter: <http://twitter.com/tvsenado>.

## Cartas do bispo do Maranhão registram auge do Brasil Colônia

Das várias obras de inegável valor histórico publicadas pelas Edições do Senado Federal, vale destacar o recém-lançado volume 108, *Copiador de cartas particulares do senhor frei Manuel da Cruz, bispo do Maranhão e de Mariana (1739-1762)*. As cartas foram transcritas, revisadas e enriquecidas com notas pelo historiador Aldo Luiz Leoni.

A correspondência enviada pelo frei Manuel, sexto bispo do Maranhão e o primeiro de Mariana, cujo original pertence ao Museu da Inconfidência de Ouro Preto (MG), contém 382 cartas escritas num período de grande relevância econômica do Brasil Colônia, o auge das Minas Gerais.

Nas cartas, estão não só os registros das atividades clericais, como também das socioeconômicas, além dos hábitos e costumes da época, como na Pastoral contra as comédias, de 1745. Na época, companhias teatrais portuguesas se apresentavam e divulgavam a arte da comédia entre os populares. Para o frei, “são tão gravemente ilícitas, e escandalosas, [...] condenando de pecado mortal todos aqueles, que são causas eficazes, de que semelhantes comédias se representem, ou que positivamente para elas concorrem, favorecendo-as, ou representando-as”.

À compilação de Leoni foram acrescentados 37 documentos escritos pelo frei José da Santíssima Trindade, sexto bispo de Mariana, entre 1817 e 1822 – o último documento é de 26 de agosto, pouco antes da independência



brasileira.

Entre os documentos de frei José, o de maior valor histórico é uma carta enviada a Sua Alteza Real o Príncipe Regente do Brasil em 27 de fevereiro de 1822, em que o bispo parabeniza a iniciativa de dom Pedro, que, no dia 9 de janeiro anterior, decidira ficar em terras brasileiras e não voltar a Portugal – o chamado Dia do Fico.

Apesar de Aldo Luiz Leoni confessar certo receio de “que esse tipo de trabalho [...] não despertasse em outras pessoas o prazer que fui sentindo em torná-lo mais acessível”, o *Copiador* é definitivamente um dos melhores registros historiográficos das relações entre o Estado e a Igreja no Brasil Colonial.

### ALEXANDRE GUIMARÃES

Consultor legislativo do Senado Federal

*Copiador de cartas particulares* e outros livros publicados pelo Senado podem ser adquiridos por meio da livraria virtual, no endereço [www.senado.gov.br/livraria](http://www.senado.gov.br/livraria), ou pelo e-mail [livros@senado.gov.br](mailto:livros@senado.gov.br)

### PERSPECTIVAS

Agricultura e pecuária são os assuntos da entrevista com o senador Neuto de Conto (PMDB-SC), que faz previsões sobre a próxima safra e reclama da falta de uma agenda nacional para o setor rural e da injustiça que é chamar a gripe A de gripe suína.

### RÁDIO DEBATE

Como é elaborada a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que fixa as diretrizes para a elaboração do Orçamento da União? Que caminhos percorre no Congresso? Essas e outras questões estão em debate no programa *Conexão Senado* da próxima segunda-feira.

### JUSTIÇA

O entrevistado do programa é o juiz auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça, Ricardo Chimenti. Ele explica como funciona a conciliação e informa sobre o movimento da Justiça para aumentar o número de decisões tomadas por meio da conciliação.

### Senado Economia

Senado FM  
13/7, segunda-feira, às 7h30

### Conexão Senado

Senado FM e OC  
13/7, segunda-feira, às 8h  
Internet: 13/7, segunda-feira

### Fique por Dentro da Lei

Senado FM e OC  
13/7, segunda-feira, às 10h  
Internet: 13/7, segunda-feira

### SÁBADO

1h - TCU/Ponto a Ponto/Diplomacia  
2h - Leituras  
2h30 - Diplomacia e Inclusão  
3h30 - Cidadania  
4h - Alô Senado  
4h15 - Argumento  
4h30 - De Coração  
5h - Conversa de Música  
6h - Cidadania  
6h30 - EcoSenado  
6h45 - Argumento  
7h - TV Brasil Internacional  
8h - De Coração  
8h30 - Cidadania  
9h - Alô Senado  
9h15 - EcoSenado  
9h30 - Leituras  
10h - Conversa de Música  
11h - Parlamento Brasil  
11h30 - Diplomacia e Inclusão  
12h30 - Encontros  
13h - TCU/Ponto a Ponto/Diplomacia  
13h30 - Cidadania  
14h - EcoSenado  
14h15 - Alô Senado  
14h30 - Espaço Cultural  
15h30 - Tela Brasil/Salão Nobre  
16h30 - Agenda Econômica  
17h30 - Encontros  
18h00 - Conversa de Música  
19h00 - Cidadania  
19h30 - Leituras  
20h - Alô Senado  
20h15 - Ecosenado  
20h30 - Especial  
21h - Parlamento Brasil  
21h30 - Agenda Econômica  
22h30 - Diplomacia e Inclusão  
23h30 - De Coração  
24h - Espaço Cultural

### DOMINGO

1h - Cidadania  
1h30 - TCU/Ponto a Ponto/Diplomacia  
2h - Alô Senado  
2h15 - EcoSenado  
2h30 - Agenda Econômica  
3h30 - Cidadania  
4h - Leituras  
4h30 - De Coração  
5h - Conversa de Música  
6h - Cidadania  
6h30 - Alô Senado  
6h45 - Argumento  
7h - TV Brasil Internacional  
7h30 - Cidadania  
8h - Leituras  
8h30 - De Coração  
9h - Diplomacia e Inclusão  
10h - Conversa de Música  
11h - Alô Senado  
11h15 - EcoSenado  
11h30 - Agenda Econômica  
12h30 - Encontros  
13h - Parlamento Brasil  
13h30 - Cidadania  
14h - TCU/Ponto a Ponto/Diplomacia  
14h30 - Espaço Cultural  
15h30 - Especial  
16h30 - Encontros  
17h - Diplomacia e Inclusão  
18h - Conversa de Música  
19h - Cidadania  
19h30 - Alô Senado  
19h45 - EcoSenado  
20h - Especial  
20h30 - Leituras  
21h - Tela Brasil/Salão Nobre  
22h - Agenda Econômica  
23h - Parlamento Brasil  
23h30 - De Coração  
24h - Conversa de Música

### SÁBADO

6h - Matinas  
7h - Música e informação  
9h - Prosa e Verso  
9h30 - Música e informação  
10h - Reportagem Especial  
10h30 - Música e informação  
12h - Senado Resumo  
12h30 - Música e informação  
14h - Cine Musical  
14h15 - Música e informação  
15h - Autores e Livros  
15h20 - Música e informação  
18h - Improviso Jazz  
19h - Música e informação  
20h - Escala Brasileira  
21h - Música e informação  
22h - Cine Musical  
22h15 - Música e informação  
DOMINGO  
6h - Matinas  
7h - Música e informação  
8h - Brasil Regional  
9h - Autores e Livros (reprise)  
9h20 - Música e informação  
10h - Cine Musical  
10h15 - Música e informação  
16h - Prosa e Verso (reprise)  
16h30 - Música e Informação  
17h - Reportagem Especial  
17h30 - Música e informação  
20h - Jazz & Tal  
21h - Música e informação

De segunda a sexta-feira, a programação da Rádio Senado e da TV Senado dedica-se prioritariamente à transmissão ao vivo das sessões realizadas no Plenário e nas comissões. Não havendo sessão, as emissoras transmitem reuniões de comissões que não puderam ser transmitidas

ao vivo, programas jornalísticos sobre as atividades dos senadores, reportagens especiais sobre temas em discussão na Casa e reprises de sessões. No caso da Rádio Senado, a programação inclui também seleções musicais.

### Como sintonizar

**TV A CABO:** (55) e Manaus (57).

**TV POR ASSINATURA:** Sky (canal 118), Directv (217) e Teccat (17)

**UHF:** João Pessoa (canal 40), Fortaleza (43), Brasília (canais 36 e 51), Salvador (53), Recife

### ANTENA PARABÓLICA

**Sistema analógico:**  
Satélite: B1  
Transponder: 11 A2  
Polarização: horizontal  
Frequência: 4.130 MHz

### Sistema digital:

Satélite: B1  
Transponder: 1 Banda Estendida  
Polarização: vertical  
Frequência: 3.644,4 MHz  
Frequência (Banda - L): 1.505,75 MHz  
Antena: 3,6 m

PID - Vídeo: 1110

Áudio: 1211

PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio

Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate: 3,2143Ms/s

FEC: ¾

### Como sintonizar

#### FM

Brasília (DF) e regiões vizinhas - 91,7 MHz  
Natal (RN) - 106,9 MHz (caráter experimental)

#### ONDAS CURTAS

Frequência de 5.990 kHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG

#### INTERNET

No endereço [www.senado.gov.br/radio](http://www.senado.gov.br/radio), por meio dos programas *Real Player* ou *Windows Media Player*

#### ANTENA PARABÓLICA

Satélite Brasilsat B1; receptor na frequência de 4.130 MHz; polarização horizontal; transponder: 11 A2

## voz do leitor

## Prevenção

"Cabe aos gestores públicos da saúde, através do Sistema Único de Saúde (SUS), criar políticas públicas de saúde e educação sanitária, para que os jovens tenham amplo conhecimento sobre as drogas, suas ações e consequências, e sobre programas de prevenção às doenças sexualmente transmissíveis (DSTs). A prevenção é barata e estará sempre à frente da medicina curativa, cara e nem sempre acessível à população. As parcerias entre as secretarias de Educação e de Saúde dos municípios, estados e União são a resposta para o quadro atual."

**Sérgio Andrekowicz, de União da Vitória (PR)**

## Representação

"Eu desejo que esse espaço possa ser ampliado e que mais pessoas se posicionem diante de tantas situações em que somos representados errônea ou insuficientemente. Que os políticos percebam que nós desejamos ser mais bem representados e que a preocupação deles seja não com os seus bolsos, mas sim com a melhoria da qualidade de vida e o crescimento do país. Não queremos ter vergonha de nossas escolhas, pois já é muito difícil escolher diante do que nos é ofertado."

**Rita Klüsener, de Maceió (AL)**

## Igualdade

"É mais fácil para os senadores dizer que há uma crise no Senado, dizer que Sarney representa a crise. Seria mais honroso se cada parlamentar assumisse seus muitos defeitos e poucas virtudes. Seria mais justo que todos fossem tratados pela lei como homens comuns, para se cumprir o que diz a Constituição: somos todos iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Esse artigo da lei máxima só se aplica aos degredados filhos de Eva, gerando fúria nos ditos homens comuns, dos quais tudo é cobrado. Aos senadores, homens incomuns, seres dotados de imunidade, tudo é permitido, até justificativas que perpetuem a impunidade."

**Inocêncio de Melo Filho, de Sobral (CE)**

## Urgência

"Quero parabenizar os nobres senadores pela rapidez na aprovação da PEC dos Vereadores. Embora não só eu, mas todo o povo brasileiro, estejamos achando um absurdo, tendo em vista que tais cadeiras vazias nas câmaras municipais não estão fazendo falta.

Chegamos à conclusão que quando o assunto é de interesse político, deve ser aprovado em regime de urgência urgentíssima. Espero que o mesmo tratamento e urgência sejam dispensados à Proposta de Emenda à Constituição 300, para que tenhamos policiais e bombeiros militares mais dispostos no trabalho, e com condições de vida mais dignas."

**Ronier Vaz dos Santos, de Timóteo (MG)**

## Novo Enem

"Parabéns ao ministro da Educação, Fernando Haddad, e aos reitores das universidades federais pela bela iniciativa de acabar com o tradicional vestibular, no qual a elite acabava sempre conseguindo as vagas nos melhores cursos, como medicina e direito. O Enem antigo era bom e este novo Enem será melhor ainda, pois agora, além das faculdades particulares, temos também a oportunidade de ingressar em universidades federais. Estendo meu agradecimento aos senadores que lutam pela educação, a verdadeira ferramenta para se formar o cidadão e que é fundamental para o desenvolvimento do Brasil."

**Manoel da Silva Bispo, de Feira de Santana (BA)**

## Emprego

"Sugiro a apresentação de um projeto de lei com o objetivo de implantar, em todo o território brasileiro, cursos voltados à formação para o emprego em vários setores da economia. Cursos para ex-presidiários, deficientes físicos, negros, índios e GLS [gays, lésbicas e simpatizantes], pois essas pessoas sofrem vários tipos de discriminação."

**Ronaldo Rodrigues de Souza, de São Paulo (SP)**

## frases



É inevitável que se forme um rolo compressor, então vamos recorrer ao Ministério Público ou ao Tribunal de Contas

**Alvaro Dias (PSDB-PR)**, sobre a futura investigação da Petrobras na CPI.

O que não se pode aceitar é condenação antes do levantamento das provas

**Aloizio Mercadante**, sobre denúncias de irregularidades em convênio da Petrobras com a Fundação José Sarney.

Quem é ele para julgar conveniente ou inconveniente ao Estado brasileiro o ingresso da Venezuela [no Mercosul]? É uma intromissão indevida

**Fernando Collor**, em reação à carta enviada pelo embaixador da Venezuela, Julio García Montoya à CRE.

A medida pode significar um marco no desenvolvimento do continente, com impacto direto na região amazônica

**Augusto Botelho**, em defesa do ingresso da Venezuela no Mercosul.



GERALDO MAGELA

Não podemos fazer de conta que esse serviço não existe. Os profissionais da moto somam 2,8 milhões em todo o país

**Rosalba Ciarlini (DEM-RN)**, em defesa da regulamentação das atividades de mototáxi e motofrete.

Ao contrário do que ocorre com a Fundação José Sarney, o Instituto Fernando Henrique Cardoso não está sendo acusado de utilização indevida de recursos.

**José Agripino**, em resposta a Eduardo Suplicy, que afirmou haver outras fundações com patrocínios da Petrobras.



J. FREITAS

Não dá para o presidente Lula continuar achando que pelos próximos 50 anos a gente concentrará a renda para vender mais carros e distribuir Bolsa Família para calar esfomeados

**Cristovam Buarque**, ao criticar o discurso de Lula na reunião do G8 realizada na Itália.



Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, Senado Federal, edifício Anexo I, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail ([jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)) ou telefone (0800 61-2211).

## pergunte ao senador

"Qual o interesse de tantos estrangeiros em terra brasileira? Qual é o controle do país sobre a compra de terras por estrangeiros?"

**Maria Lima, de Curitiba (PR)**

## Estrangeiro na Amazônia tem parceiro nacional

A senadora **Marina Silva (PT-AC)** responde:

No caso da Amazônia, Maria Lima, os estrangeiros não podem comprar grandes áreas de terra. O que acontece é que, muitas vezes, eles se juntam com brasileiros, fazem composições comerciais e utilizam esses brasileiros para poderem comprar terras. Esses brasileiros devem ser vigiados pela Justiça brasileira. Uma das maiores preocupações é com a privatização da Amazônia por brasileiros. Há uma medida provisória que quer privatizar 67% da Amazônia. Temos que ficar vigilantes, também, para alertar aqueles brasileiros que não se preocupam com a proteção da floresta.

Com informações da Rádio Senado



GERALDO MAGELA

# Confusão na identificação das cores

**D**efeito genético nas células responsáveis pela percepção das cores – os cones –, o daltonismo impede o exercício de profissões

como piloto de avião e eletricista, mas não é considerado uma deficiência de visão. Segundo pesquisa da Universidade de Cambridge (EUA),

alguns daltônicos podem ter uma visão aprimorada de algumas cores. Há daltônicos que demoram a saber de sua condição.

## Pai da teoria atômica descobriu a anomalia

O daltonismo, ou discromatopsia, foi descoberto em 1794 pelo químico e físico britânico John Dalton (1766-1844), o mesmo que formulou a teoria atômica. Ele apresentou a primeira descrição da anomalia genética da qual ele próprio sofria.

Em 1801, o físico inglês Thomas Young formulou a primeira explicação científica para a sensibilidade do olho humano às cores.

Cerca de 50 anos mais tarde, Hermann von Helmholtz, físico e fisiologista alemão, desenvolveu a hipótese de Young e a converteu em teoria, que se tornou universalmente aceita.

Assim, de acordo com a teoria de Young-Helmholtz, a retina possui três espécies de células sensíveis – os cones. Cada cone é composto por pigmentos sensíveis a um dos três comprimentos de onda de luz: o Protan é o cone sensível ao vermelho; o Deutan, ao verde; e o Tritan, ao azul. A percepção limitada das cores ocorre quando uma ou mais das três espécies de cone não funcionam adequadamente.

O daltonismo é hereditário, com transmissão ligada ao cromossomo X. Para ter a anomalia, a mulher precisa possuir o gene recessivo nos dois cromossomos X, daí a razão para a maior incidência do problema em homens, que têm um cromossomo X e um cromossomo Y.

Dados da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre revelam ainda que a frequência do daltonismo parece variar entre os diferentes grupos raciais. Em europeus e seus descendentes afeta cerca de 8% dos homens e 0,46% das mulheres. Em negros e aborígenes australianos o defeito genético alcança apenas 2% dos homens. Japoneses e chineses ocupam uma posição intermediária.

Os tipos de daltonismo são classificados como:

**Deuteranomalia** – Tipo menos grave e mais comum, é a dificuldade em distinguir tonalidades de verde.

**Protanomalia** – Dificuldade em distinguir tons de vermelho.

(Em ambos os casos, a cor que causa confusão assume um tom acinzentado)

**Tritanomalia** – Dificuldade em reconhecer cores na faixa do azul-amarelo.

**Monocromacia** – Tipo mais raro de daltonismo, em que tudo é enxergado em preto, branco e tons de cinza.

Há ainda a dicromacia, que é a ausência de um tipo específico de cone. Esse defeito genético pode apresentar-se sob três formas, impedindo a percepção do vermelho, do verde ou do azul.



A limitação para identificar cores obriga o daltônico a, por exemplo, observar a posição das luzes e seus significados para saber que atitude tomar

## Daltônicos, muitas vezes, ignoram que têm o problema

Entre os vários testes para a detecção das deficiências de visão das cores, está o teste de Ishihara, que ganhou esse nome do seu criador, Shinobu Ishihara (1879-1963), professor da Universidade de Tóquio. O teste baseia-se na análise de lâminas formadas por pontos coloridos nas quais aparece um número em determinada cor.

Outro método de identificação do daltonismo é o anomaloscópio. A pessoa testada precisa combinar as cores controlando o brilho de uma luz amarela em parte da tela e uma mistura de luzes vermelhas e verdes no outro lado. Ela ajusta esses elementos até que ambos os lados da tela pareçam ter a mesma cor e o mesmo brilho. Pessoas com visão normal combinam tudo com muita precisão, o que não ocorre com aquelas que têm deficiên-

cia na visão de cores.

Vivendo num mundo cada vez mais cheio de cores, o daltônico precisa adaptar-se, por exemplo, a observar a posição das luzes de um semáforo para saber qual a cor indicada pela lâmpada acesa. A navegação na internet e a observação de gráficos e tabelas podem ficar melhores para os daltônicos com o desenvolvimento de ferramentas de acessibilidade que privilegiem sublinhados em vez de caracteres coloridos.

Quando criança, os pais podem observar a ocorrência do defeito genético ajudando na identificação correta das cores nos desenhos. Uma boa adaptação para a criança daltônica é o uso de lápis de cores que trazem escritos os nomes delas. No entanto, é comum os portadores desse defeito genético

descobrirem sua condição somente ao tirar carteira de habilitação ou ao escolher uma profissão que utiliza códigos de cores, como piloto de avião, ou as cores como ferramenta, como estilistas e profissionais de propaganda e marketing.

Mas nem só de dificuldades vivem os daltônicos. Em 2005, cientistas da Universidade de Cambridge, dos Estados Unidos, constataram que pessoas com a forma mais comum de daltonismo – a deuteranomalia – podiam distinguir entre pares de cores que pareciam idênticos para aquelas com visão normal. Os pesquisadores americanos avaliam que pode ser que “as diferenças de espectro de cores sejam menos salientes do que variações estruturais ou de textura para os daltônicos”.

## Curiosidades da visão colorida

- 👁 Daltônicos possuem visão noturna superior à de uma pessoa com visão normal.
- 👁 Daltônicos são capazes de identificar mais matizes de violeta que as pessoas de visão normal.
- 👁 O pintor Vincent van Gogh era daltônico.
- 👁 As cores prediletas dos portadores dessa alteração genética são o azul ou roxo, por serem cores vivas.
- 👁 Cães e gatos não enxergam em tonalidades de cinza. Eles conseguem ver as cores, mas não todas.
- 👁 Baleias e focas são daltônicas.
- 👁 Aves, insetos, peixes e lagartos possuem visão ultravioleta.
- 👁 Após um ferimento ou uma cirurgia de catarata, alguns seres humanos ficam com a visão ultravioleta. Após fazer essa operação, o pintor Monet afirmou que as cores que via tinham mudado completamente e que isso era “muito aterrorizante”.

Fontes: Wikipédia e revista Fortune (em <http://saude.hsw.uol.com.br/daltonismo.htm>)

## Luzes de semáforos podem ganhar formatos variados

Na Câmara, projeto de lei (PL 4.937/09) do deputado Fernando Gabeira (PV-RJ) altera o Código de Trânsito Brasileiro para estabelecer formatos diferentes para os focos luminosos dos semáforos. A intenção é facilitar a condução de veículos por pessoas daltônicas. A proposta está sendo analisada pela Comissão de Viação e Transportes e deverá ainda passar pela Comissão de Constituição e Justiça, de onde poderá ser enviada diretamente ao Senado.

### Saiba mais

Teste de daltonismo:  
[www.icb.ufmg.br/grad/genetica/daltonismo.htm](http://www.icb.ufmg.br/grad/genetica/daltonismo.htm)